



Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

UC/EPCE—2017

**Sugestionabilidade interrogativa e efeito da
manipulação da fonte de *feedback* negativo na GSS1:
um estudo com adolescentes**

Ana Sofia Dias dos Santos (e-mail: asofiadiasdossantos@gmail.com)

Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, área de
especialização Psicologia Clínica e da Saúde, subárea de
especialização em Psicologia Forense, sob a orientação de Prof.^a
Doutora Maria Salomé Ferreira Estima de Pinho

Sugestionabilidade interrogativa e o efeito da manipulação da fonte de *feedback* negativo na GSS1: um estudo com adolescentes

A presente investigação teve como primordial objectivo analisar, numa amostra de adolescentes, diferenças na sugestionabilidade interrogativa (SI) conforme medida pela Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1; Gudjonsson, 1984), mediante a manipulação da fonte de *feedback* negativo.

Recorreu-se a uma amostra de 72 alunos do ensino regular e profissional, do sexo feminino e masculino, entre os 13 e os 16 anos, dividida aleatoriamente em grupo de controlo e experimental. Para introduzir a manipulação experimental, comunicou-se a metade dos sujeitos que a fonte *feedback* negativo correspondia a um programa informático, enquanto no grupo de controlo, de acordo com o procedimento original da GSS1, esta correspondia ao entrevistador. Durante o intervalo de retenção da GSS1 foram aplicados, também individualmente, os seguintes instrumentos de avaliação psicológica: Matrizes Progressivas Estandarizadas de Raven, Escala de Auto-Conceito de Piers-Harris 2, Escala de Ansiedade Manifesta para Crianças e Adolescentes e subteste de Pesquisa de Símbolos da Escala de Inteligência de Weschler para Crianças - III. Estes instrumentos serviram o propósito de explorar-se se, e de que forma, a SI se correlacionaria com as variáveis inteligência não-verbal, capacidade mnésica, auto-conceito, ansiedade e desejabilidade social. Averigou-se ainda a existência de diferenças, em termos de desempenho na GSS1, entre indivíduos do sexo masculino e feminino.

Os resultados obtidos sugerem que os grupos de controlo e experimental não se diferenciam. Isto indica que uma versão computadorizada da escala seria válida, pelo menos quanto à eficácia da comunicação de *feedback* negativo, em estabelecer pressão interrogativa. Evidenciam ainda uma relação positiva entre desejabilidade social e SI – a considerar na recolha de dados normativos – e uma correlação negativa entre a memória e a *Cedência 1* da GSS1 – que reforça a necessidade de investigar o efeito de diferentes níveis de memória nas medidas de SI. Não foram encontradas correlações significativas entre a SI e mais nenhuma outra variável, nem observadas diferenciações significativas, por género, nas medidas da GSS1.

A análise destes resultados poderá abrir caminho à recolha de normas da GSS1 para a população portuguesa adolescente e reitera a necessidade de

investigação da SI em amostras de maior dimensão e tendo em consideração especificidades relativas a diversas variáveis. Incentiva ainda à construção de uma versão computadorizada da GSS1, de modo a diminuir o efeito do entrevistador e a facilitar a investigação da SI em larga escala.

Palavras-chave: sugestionabilidade interrogativa, GSS1, adolescentes, *feedback* negativo, manipulação da fonte.

Interrogative suggestibility and the effect of the negative feedback source manipulation with GSS1: a study with adolescents

The main goal of the current investigation was to analyse differences in Interrogative Suggestibility (IS), as measured by the Gudjonsson Suggestibility Scale (GSS1; Gudjonsson, 1984), in a sample of portuguese adolescent students, considering the experimental manipulation of the negative feedback source.

We gathered a sample of 72 students, attending regular and professional education (male and female, and between 13 and 16 years of age) and randomly divided it into control and experimental group. To introduce the experimental manipulation, half the subjects were told that the negative feedback source was a computer programme, while for the rest of them it was the experimenter (according to the original procedure). During the retention interval of the GSS1, other psychological tests (portuguese adapted versions) were also individually administered: Raven Standard Progressive Matrices, Piers-Harris Children's Self-Concept Scale 2, Revised Children's Manifest Anxiety Scale and a subtest of the Wechsler Intelligence Scale for Children - III, namely, Symbol Search. These tests were applied as a mean to explore if, and how, IS correlates with the following variables: non-verbal intelligence, memory, self-concept, anxiety and social desirability. We also investigated whether girls differed from boys, regarding their performance in GSS1.

The obtained results suggest that there are no significant differences between the control and the experimental groups. This indicates that a computerized version of GSS1 would be valid, at least to the extent that the negative feedback communication would be effective in establishing interrogative pressure. The results also show a positive and significant relation between social desirability and IS – to be considered when gathering normative data – and a negative correlation between memory and IS (*Yield 1*) – that reinforces the necessity of investigating the effect of different levels of memory in SI measures. No further significant correlations between IS and the remaining variables were found, nor did we find any gender differences on the GSS1 performance measures.

The analysis of these results could pave the way for the collection of normative data for the Portuguese adolescent population and reiterates the

necessity of investigating IS in larger samples, while considering specificities regarding different variables. It also encourages the construction of a computerized version of GSS1, in order to diminish the experimenter effect and to facilitate large scale IS investigation..

Key Words: interrogative suggestibility, GSS1, adolescents, negative feedback, source manipulation.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à Professora Dra. Salomé Pinho, por toda a tutoria e disponibilidade neste projecto.

Pessoalmente, agradeço à minha família, lugar de apoio, conforto e motivação. Em especial aos meus pais, a quem devo a realização deste sonho, por toda a vida darem o sal pelo meu sol. E aos meus sobrinhos, poções mágicas que só de existirem enchem a tia de amor e risos, todos os dias do ano.

Às minhas melhores amigas e amigos... Sortuda e feliz que sou por partilhar alegrias, mesas e tristezas com pessoas tão bonitas de trazer sempre no peito. Completa-se, agora para mim, mais uma etapa em que – longe ou perto – crescemos juntos. Uma vitória, como um brinde, só faz sentido sendo saboreada por todos! Obrigada por me rodearem e por se rodearem de mim.

Às minhas grandes parceiras de curso e de mestrado – Sara, Vera, Beatriz, Carolina. Por partilharem deste universo, darem sentido à loucura e provarem que em casa de uma colega amiga, pode morar uma amiga para vida.

No fecho do meu círculo chegado, ao Ganso. Meu bem, o tanto que tu ouviste, compreendeste e incentivaste esta minha realização pessoal... O amor não se agradece, nem eu conseguiria. Mas continuar-te-ei grata até ao 12 de Nunca!

Agradeço ainda profundamente à direcção do Agrupamento de Escolas de Ansião. Particularmente, à Professora Isabel Serra, à dona Amélia Simões e à dona Deolinda. Embarcaram neste desafio comigo e, ao longo de um ano, não me mostraram senão gentileza, prontidão e apoio. A lição de profissionalismo e carinho que me transmitiram não se extinguirá.

À direcção da Escola Tecnológica e Profissional de Sicó, e particularmente à Dra. Sofia Francisco, por tamanho esforço e simpatia em propiciar condições para viabilizar o mais possível a realização deste estudo.

Como últimos são sempre os primeiros, agradeço a todos os jovens que gentilmente cederam o seu tempo livre e pessoal para me ajudarem a levar a cabo esta investigação. Que o futuro vos reserve pessoas igualmente dispostas a apoiar-vos na persecução dos vossos objectivos.

E sem esquecer que a memória é falível... Agradeço genuinamente a cada uma das pessoas, mais ou menos próximas, que ao longo deste ano me foram dando palavras de carinho e encorajamento. Continuem... Resulta!

Índice

Introdução	1
I – Enquadramento conceptual	2
1. Falsas confissões e falsos testemunhos	2
2. Interrogatórios policiais	4
3. Sugestionabilidade	5
4. Sugestionabilidade Interrogativa	8
4.1. Modelo de Gudjonsson e Clark	9
4.2. Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson	12
4.3. Estudos com as Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson	14
4.3.1. Sugestionabilidade interrogativa e o efeito do entrevistador	14
4.3.2. Sugestionabilidade interrogativa na adolescência	18
4.3.3. Sugestionabilidade interrogativa e género	20
4.3.4. Sugestionabilidade interrogativa, inteligência e memória	21
4.3.5. Sugestionabilidade interrogativa e auto-conceito	23
4.3.6. Sugestionabilidade interrogativa e ansiedade	24
4.3.7. Sugestionabilidade interrogativa e desejabilidade social	26
II – Objectivos	27
III – Metodologia	28
1. Amostra	28
2. Procedimentos	30
3. Instrumentos e materiais	31
3.1. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson	31
3.2. Matrizes Progressivas Estandarizadas de Raven	33
3.3. Escala de Auto-Conceito de Piers-Harris 2	34
3.4. Escala de Ansiedade Manifesta para Crianças e Adolescentes	34
3.5. Pesquisa de Símbolos da Escala de Inteligência de Wechsler para Crianças III	35
3.6. Programas de estatística	35

IV - Resultados	35
1. Comparação dos desempenhos entre os grupos de controlo e experimental	35
2. Comparação dos desempenhos desempenhos entre rapazes e raparigas na GSS1	36
3. Análise das correlações	37
V – Discussão	38
VI – Conclusões	45
Bibliografia	47

Introdução

A Psicologia Forense remete para "a aplicação dos métodos e investigações da psicologia para ajudar os decisores legais em casos específicos" (Blackburn, 2006, p.47). Naturalmente, desde cedo (*e.g.*, Cattell, 1895 como citado em Drake, 2009 e em Gudjonsson, 2003; Stern, 1910), a necessidade do estudo da veracidade dos testemunhos despertou interesse dos investigadores em contexto forense.

Desde a década de 1970, tem-se assistido a uma expansão da Psicologia Forense (Fonseca, 2006). Paralelamente, o advento tecnológico de análise de ADN, nos anos 90, veio comprovar a inocência de um grande número de sujeitos, condenados devido a falsas confissões e falsas identificações por testemunhas (Costanzo & Leo, 2007; Drizin & Leo, 2003; Gudjonsson, 2010; Kassin et al., 2010; Kassin & Gudjonsson, 2004; Leo & Drizin, 2010; Wells & Hasel, 2008). Quer pelas suas profundas consequências para a vida dos indivíduos envolvidos, quer pelo seu impacto social, a compreensão dos fenómenos psicológicos subjacentes a esta problemática tem estimulado a investigação psicológica forense (Kassin & Gudjonsson, 2004; Drake, 2009; Leo & Drizin, 2010).

Por um lado, têm vindo a ser largamente investigados os processos mnésicos, reconhecendo-se o seu dinamismo e falibilidade, inclusive perante influências externas (Johnson et al., 2012; Laney & Loftus, 2010). Por outro, tem sido analisada a situação específica do interrogatório policial, que comumente inclui técnicas coercivas com o fito de obter uma confissão (Costanzo & Leo, 2007; Inbau, Reid, Buckley, & Jayne, 2011; Kassin e Gudjonsson, 2004; Leo & Liu, 2009; Leo, 2008; Redlich et al., 2010;).

Inicialmente ligado ao hipnotismo, o termo sugestionabilidade, foi sendo, a partir do século XIX, estudado e progressivamente operacionalizado, no âmbito da Psicologia do Testemunho. Reportando-se a investigação ao contexto de interrogatório, acabou por cimentar-se o conceito distinto de sugestionabilidade interrogativa (SI). O fenómeno da SI foi definido por Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003) como "o grau em que, numa interacção social fechada, as pessoas aceitam mensagens comunicadas durante um interrogatório formal, que subsequentemente afectam a sua resposta comportamental" (p. 84).

Sugestionabilidade interrogativa e efeito da manipulação da fonte de feedback negativo na GSS1: um estudo com adolescentes

Face aos pedidos do sistema legal para avaliação da veracidade do testemunho, e com base no modelo teórico de Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003), foram criadas as Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson, que tornando mensurável o conceito de sugestionabilidade interrogativa, revelaram grande utilidade clínica e de investigação (Gudjonsson, 1997). Com elas pôde expandir-se também o estudo da relação entre a SI e uma série de variáveis que se supõe constituírem vulnerabilidades individuais, na situação de interrogatório.

Apesar da extensa investigação em torno de diferentes características individuais, a expressão da SI na população adolescente (com inerente imaturidade e frequente inexperiência no que ao sistema legal diz respeito) tem sido pouco estudada (Callichia & Santostefano, 2004; Gudjonsson, Sigurdsson, & Sigfusdottir, 2009; Jack, Leov, & Zajac, 2014; Meyer & Reppucci, 2007; Redlich, Silveman, Chen, & Steiner, 2004; Singh & Gudjonsson, 1992a). Sujeitos adolescentes podem ser submetidos a situações de interrogatório ou deposição, sem que, em muitos contextos legais (nomeadamente, o português) exista um conhecimento aprofundado sobre os seus níveis de SI ou um método eficaz de a avaliar.

Em geral, a presente investigação pretende então alargar o conhecimento científico acerca do fenómeno da SI na adolescência – em rapazes e raparigas da população geral – e a sua relação com determinadas variáveis. Mais particularmente, visa contribuir para a verificação da viabilidade da criação de uma versão computadorizada da GSS1, testando a eficácia do *feedback* negativo quando atribuído a um programa informático.

I – Enquadramento conceptual

1. Falsas confissões e falsos testemunhos

Os avanços científicos das últimas três décadas permitiram comprovar a inocência de muitas pessoas que haviam sido condenadas, incluindo adolescentes (Redlich, Quas, & Ghetti, 2008), através da reavaliação de casos e provas, nomeadamente com análises de ADN (Costanzo & Leo, 2007; Drizin & Leo, 2003; Gudjonsson, 2010; Kassin et al., 2010; Kassin & Gudjonsson, 2004; Leo & Drizin, 2010; Wells & Hasel, 2008). O *Innocence Project*, uma organização sem fins lucrativos, foi fundada nos anos '90 com o

intuito de ajudar prisioneiros condenados que procuravam provar a sua inocência, através do uso de testes de ADN, e para propor uma reforma preventiva do sistema criminal, de forma a evitar condenações injustas (Innocence Project, 2017). Tem sido reconhecida a contribuição deste projecto em chamar a atenção para a problemática das condenações de inocentes (Costanzo & Leo, 2007; Drake, 2009; Drizin & Leo, 2003; Garrett, 2008; Gudjonsson, 2010; Loftus, 2008; Kassin et al., 2010; Kassin & Gudjonsson, 2004; Pinho, 2008; Redlich, 2010; Roediger III, Wixted, & Desoto, 2012; Wakefield & Underwager, 1998; Wells & Hazel, 2008). Até Julho de 2017, o trabalho desta única organização foi responsável por 350 exonerações, 20 das quais respeitantes a condenações à morte (nos Estados Unidos da América). Garrett (2008) investigou que tipo de prova motivaria condenações erradas, elencando como causas erros de identificação (cometidos por testemunhas oculares), provas forenses, testemunhos e confissões. De acordo com Berger (2008) e com Wells e Hasel (2008), as falsas confissões contribuíram em 25%, e os falsos testemunhos em 75%, para as condenações que foram alvo de exoneração, por teste de ADN, até esse ano. Ganha assim relevância para a Psicologia Forense a análise dos casos em que inocentes confessam crimes, muitas vezes graves, que não cometeram (Kassin & Gudjonsson, 2004; Drake, 2009; Leo & Drizin, 2010) e dos casos em que situações ou pessoas são descritas ou identificadas erroneamente por testemunhas (Yarmey, 2006). A confissão do arguido pode ser considerada como uma das formas mais fortes de prova (Greenwood & Petersilia, 1975 como citados em Leo & Liu, 2009; Wakefield & Underwager, 1998). Já o depoimento de testemunha ocular constitui a prova mais incriminatória a seguir à confissão, (Brandon & Davies, 1973 como citado em Yarmey, 2006), apesar de poder ser um dos meios de prova menos fiáveis (Yarmey, 2006).

Nestes fenómenos encontra-se envolvida, entre outros aspectos, a memória. Esta abrange um conjunto de processos dinâmicos, de construção e reconstrução, permeáveis à distorção (Laney & Loftus, 2010). Importa sublinhar que a distorção da memória difere da mentira intencional, pois esta última implica, da parte do indivíduo, um esforço intencional para construir uma narrativa diferente daquela que, de facto, se lembra (Albuquerque & Santos, 1999). A memória não regista exactamente as experiências sensoriais

e perceptivas, mas antes incorpora e (re)constrói a informação de forma subjectiva (Johnson, Raye, Mitchell, & Ankudowich, 2012; Yarmey, 2006) ao longo de diversas fases, até formar uma narrativa completa (Yarmey, 2006). Mesmo depois de consolidada e reactivada (Nadel & Sinnott-Armstrong, 2012), a memória pode ser corrompida, em qualquer altura, por sugestões externas (Johnson et al., 2012; Laney & Loftus, 2010), inclusive durante interrogatórios que incluam questões sugestivas (Laney & Loftus, 2010). Estas sugestões podem ser mais facilmente internalizadas quando se força a testemunha a dar uma resposta (Mastroberardino & Marucci, 2013). De facto, mesmo sem a interferência de informação enganadora após o evento, a memória é falível, independentemente da convicção da pessoa que a reporta (Nadel & Sinnott-Armstrong, 2012).

2. Os interrogatórios policiais

As práticas de interrogatório policial variam consoante o seu contexto histórico, político, legal, etc. e foram, em geral, evoluindo ao longo do tempo, desde a utilização de técnicas físicas e procedimentos psicologicamente coercivos (Kassin et al., 2010; Redlich et al., 2004), até às técnicas puramente psicológicas, utilizadas hoje em dia, e expostas em diversos manuais de polícia¹ (Drake, 2009; Gudjonsson, 2003; Leo & Liu, 2009; Kassin et al., 2010; Redlich et al., 2004). Apesar dos esforços, em diversos países², para minimizar os possíveis efeitos perversivos de certas técnicas de interrogatório, estas prevalecem como prática comum (Drake, Bull, & Boon, 2008).

No contexto policial, é essencial a entrevista a vítimas, testemunhas e suspeitos (Williamson, 2007 como citado em Gudjonsson, 2010). Segundo Costanzo e Leo (2007), o que distingue um interrogatório de uma entrevista são os seus objectivos: a primeira visa obter informação, e o segundo procura obter uma confissão (Costanzo & Leo, 2007; Inbau et al., 2011; Leo & Liu, 2009; Leo, 2008; Redlich et al., 2010). Kassin e Gudjonsson (2004) descrevem o interrogatório policial como um processo de influência

¹ Destaque para a “técnica de Reid”, desenvolvida por Reid e Inbau, e utilizada à escala mundial (cf. Inbau et al. 2011; Kassin et al., 2010).

² Para comparação entre as realidades norte-americana (técnica de Reid) e britânica (modelo PEACE), cf. Gudjonsson (2011). Para um exemplo sobre a realidade portuguesa (“caso Joana”), ver Silva (2011).

social em que, para além de presumir a culpa da pessoa, "a polícia faz uso de técnicas técnicas fortes e psicologicamente orientadas (...) para obter confissões" (p. 33). Actualmente, este processo serve o propósito de quebrar a resistência (Gudjonsson, 2003; Kassin et al., 2010) da pessoa, persuadindo-a de que confessar tem mais benefícios do que custos (Jamieson & Moenssens, 2009; Leo, 1994 como citado em Gudjonsson 2003; Leo & Drizin, 2010). Sobressaem então duas ideias bastante vincadas acerca desta interação: a de persuasão e a de presunção de culpa (Costanzo & Leo, 2007; Kassin & Gudjonsson, 2004; Kassin et al., 2010). Uma vez que o interrogatório parte de uma postura acusatória, tende então a ser confrontacional e emocionalmente intenso (Costanzo & Leo, 2007). Frequentemente recorre-se a técnicas de isolamento (Kassin & Gudjonsson, 2004) e de aumento da ansiedade (Kassin et al., 2010). Deste modo, quer para inocentes quer para culpados, um interrogatório revela-se uma situação stressante e persuasiva (Woody & Forrest, 2009).

Apesar de diversas investigações apontarem neste sentido, a ideia de que um inocente possa confessar um crime que não cometeu, devido, por exemplo, à pressão interrogativa, permanece como contra-intuitiva, nomeadamente junto de potenciais jurados (Leo, 2008; Leo & Liu, 2009), forças policiais, agentes judiciais e advogados (Kassin, 2005 como citado em Woody & Forrest, 2009). Neste contexto inerentemente coercivo (Redlich et al., 2004; Redlich et al., 2010) e de marcada diferença de poder (Gudjonsson, 2003), múltiplos factores disposicionais e situacionais (Kassin et al., 2010), incluindo técnicas de entrevista inapropriadas (Drake, 2009) e a sugestionabilidade do próprio indivíduo, podem influenciar as reacções deste – levando, eventualmente, a que confesse um crime que não cometeu ou testemunhe de acordo com informação incorrecta que lhe foi apresentada.

3. Sugestionabilidade

O termo sugestionabilidade tem servido para explicar vários fenómenos em Psicologia (Thorley, 2013; Ridley, 2013) e tem, paralelamente, sido diversamente definido e, por vezes, confundido com o conceito de sugestão, devido à ligação causal que ambos partilham (Ridley, 2013). Esta ligação foi realçada por vários autores, que reconheceram o potencial da sugestão para

provocar a sugestionabilidade. Sidis (1898) foi pioneiro na definição e distinção destes termos, descrevendo a sugestão como um processo de "intrusão de uma ideia na mente, recebida com maior ou menor oposição, até à sua aceitação, acrítica, e execução sem reflexão, quase automática" (para. 28) e a sugestionabilidade como "o estado peculiar da mente favorável à sugestão" (para. 29). Hilgard (1991 como citado em Ridley, 2013) entendeu a sugestão como um tipo de comunicação que exerce influência, e a sugestionabilidade como produto das diferenças individuais na resposta à sugestão. Para Gudjonsson (2003) a sugestão diz respeito às propriedades de um estímulo, que podem incitar a pessoa a responder de determinada forma, e o modo como a pessoa reage ou não à sugestão, depende da sua sugestionabilidade, que remete para as características da pessoa estimulada a responder.

Em qualquer contexto (hipnose, influência social ou contaminação cognitiva), a sugestão pode, então, potenciar a sugestionabilidade (Ridley, 2013). Porém, o conceito de sugestão foi inicialmente bastante associado aos fenómenos hipnóticos (Coffin, 1941 como citado em Gudjonsson, 2003; Ridley, 2013). Reconhece-se que Bernheim (1888/1964 como citado em Ridley, 2013 e em Gudjonsson, 2003) terá sido o primeiro a estudar esta relação, considerando a hipnose como um estado intensificado de sugestionabilidade. Porém, esta explicação acabou por ser criticada pela sua circularidade (Ridley, 2013). Cattell (1895 como citado em Drake, 2009 e em Gudjonsson, 2003) investigou a exactidão das respostas de estudantes universitários após presenciarem um evento simulado, utilizando questões sugestivas e solicitando, no final, o seu grau de confiança nas respostas dadas. Este trabalho transformador despertou o interesse pela área da Psicologia do Testemunho e revelou que o fenómeno da sugestionabilidade podia ocorrer em estados conscientes (Drake, 2009). Sidis (1898), para além de reiterar a necessidade de eliminar a ambiguidade em torno dos conceitos de sugestão e de sugestionabilidade, investigou a questão da sugestão em termos de automatismo mental e motor, ainda no âmbito do hipnotismo. Já na viragem do século XIX, o conceito de sugestão foi operacionalizado, contribuindo para o desenvolvimento de testes para investigar a sugestionabilidade. Inicialmente, estes avaliavam a resposta à sugestão através do sistema

sensoriomotor, evoluindo depois para a avaliação de fenómenos mais complexos, de mudança atitudinal e de opinião (Gudjonsson, 2003).

Binet (1900 como citado em Drake, 2009) replicou a investigação de Cattell e procurou avaliar a maleabilidade da memória na interacção com o experimentador ou entrevistador. Nos seus estudos com crianças, concluiu que a utilização de questões directas pressionaria a criança a responder mesmo face a incerteza, o que resultaria em sugestionabilidade (Binet, 1900 como citado em Ridley, 2013). Stern (1910) investigou experimentalmente o impacto da evocação em narrativa livre, por comparação ao interrogatório, no testemunho. Observou que o interrogatório, especialmente se sugestivo, diminuía a exactidão dos testemunhos, e que a veracidade destes seria também influenciada pelas suas consequências percebidas. Este mesmo autor verificou então que prestar juramento sobre um testemunho aumentava a exactidão do mesmo, mas não eliminava os erros. Também Bernheim (1910 como citado em Gudjonsson, 2003) considerou a sugestão, para lá do contexto do hipnotismo, como um fenómeno com influência na mudança de crenças, atitudes e comportamentos. Gudjonsson (2003) reitera a importância, para a Psicologia do Testemunho, dos trabalhos de Cattell, Binet, Stern e também de Stukat (1958 como citado em Gudjonsson, 2003) que, mais tarde realizou diversos estudos com crianças e adultos, nos quais se propôs medir diferentes tipos de sugestionabilidade (pessoal e perante uma figura de prestígio) e o efeito de questões sugestivas.

Por forma a uniformizar o conceito de sugestionabilidade, Eysenck e Furneaux (1945 como citados em Ridley, 2013 e em Gudjonsson 2003) utilizaram a análise factorial, numa tentativa de identificar pelo menos dois tipos independentes de sugestionabilidade: primária (fenómenos ideomotores, em que a partir da sugestão directa, se faz com que o corpo se mova; correlacionada com o hipnotismo e neuroticismo); e secundária (quando a sugestão é indirecta, mas a pessoa tem uma atitude crédula perante o que lhe é dito que vai ou está a acontecer, mesmo sem evidência para tal; negativamente correlacionada com a inteligência). O seu estudo envolveu a aplicação de diversos testes a 60 pacientes neuróticos de um hospital militar. Os resultados deste trabalho, apesar de influentes, foram questionados por diversos motivos (cf. Drake, 2009; Gudjonsson, 2003; Ridley, 2013).

Nomeadamente, Benton e Bandura (1953) repetiram esse estudo numa população de estudantes universitários, não tendo encontrado resultados favoráveis a qualquer dos factores referidos e pronunciando-se pela maior confiança relativamente à inexistência da sugestionabilidade secundária. Evans (1967/1989 como citado em Gudjonsson, 2003 e em Ridley, 2013) confirmou a existência da sugestionabilidade primária, mas reiterou a falta de prova relativamente à sugestionabilidade secundária. Também Stukat (1958 como citado em Gudjonsson, 2003) encontrou nos seus estudos resultados concordantes com a sugestionabilidade secundária, mas esta seria diferente da originalmente proposta, ou seja, seria mais determinada pela necessidade de conformidade que o indivíduo sente quando confrontado com a influência e pressão interpessoais. Eysenck e Furneaux (1945 como citados em Gudjonsson 2003) e Eysenck (1947 como citado em Ridley, 2013) avançaram ainda a hipótese de existir um terceiro tipo de sugestionabilidade, relacionado com a comunicação persuasiva, por parte de uma figura de autoridade, e a mudança de atitude. Apesar dos resultados contraditórios encontrados para a existência dos factores propostos por Eysenck e Furneaux, alguns autores defendem que a sugestionabilidade terciária apresenta uma ligação com a sugestionabilidade interrogativa (a qual será apresentada a seguir), e que as escalas de sugestionabilidade de Gudjonsson, através do uso da sugestão indirecta, intersectam não só a sugestionabilidade terciária como a secundária (Ridley, 2013).

4. Sugestionabilidade interrogativa

Podemos distinguir duas perspectivas teóricas dominantes na área da sugestionabilidade interrogativa (SI): a experimental – que analisa a sugestionabilidade como função de mecanismos cognitivos; e a das diferenças individuais – que se foca em aspetos de personalidade, mecanismos de *coping* e pressão social (Gudjonsson, 2003; 2013; Mastroberardino & Marucci, 2013). Ainda que diferentes, estas abordagens complementam-se (Gudjonsson, 2003; 2013), ambas analisando a sugestionabilidade pelo seu impacto negativo na informação recolhida no campo da investigação criminal. A abordagem experimental sobre a SI segue a orientação dos trabalhos de Loftus e colegas (Schooler & Loftus, 1986, 1993 como citados em Gudjonsson, 2003) e a abordagem das diferenças individuais adopta a

Sugestionabilidade interrogativa e efeito da manipulação da fonte de feedback negativo na GSS1: um estudo com adolescentes

perspectiva de Gudjonsson (Gudjonsson, 2003). Os trabalhos de Loftus, focados no fenómeno de desinformação³ após o evento, tratam a sugestionabilidade como função de factores situacionais, colocando especial ênfase na formulação das questões e afirmações, enquanto o trabalho de Gudjonsson enfatiza o papel das vulnerabilidades individuais à sugestionabilidade e às falsas confissões (Gudjonsson, 2013). A primeira abordagem tem contribuído para um aprofundamento teórico do conceito de SI, e a segunda com dados normativos para a sua avaliação em contexto forense (Calicchia & Santostefano, 2004).

Powers, Andriks e Loftus (1979) definiram a SI como “o grau em que as pessoas aceitam informação pós-evento e a incorporam na sua memória.” (p. 339). Para descrever mais especificamente a SI, Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003) elaboraram esta definição: “o grau em que, numa interacção social fechada, as pessoas aceitam mensagens comunicadas durante um interrogatório formal, que subsequentemente afectam a sua resposta comportamental” (p. 84). Gudjonsson (2003) explica que esta acepção é construída em torno de uma série de elementos do processo interrogativo: os interrogatórios policiais são interacções fechadas (i.e., com poucas pessoas e realizados em privado), a figura de autoridade utiliza estímulos sugestivos (como perguntas assentes em premissas ou expectativas mais ou menos erróneas) e a informação apresentada deve ser, de algum modo, aceite pela pessoa (sendo essa aceitação necessariamente expressa não só internamente, mas comportamental ou verbalmente). Argumenta ainda Gudjonsson (2003) que a aceitação interna da informação sugestiva é obrigatória para se poder falar em SI e, apesar de não implicar necessariamente a sua incorporação na memória, requer que a pessoa “percepcione a sugestão como credível e plausível” (p. 346).

4.1. Modelo de Gudjonsson e Clark

O modelo teórico de Gudjonsson e Clark (1986 como citado em

³ Aos trabalhos de Loftus e colegas associa-se uma corrente de estudos com um procedimento estrutural, o *Paradigma da Desinformação*, em que, primeiramente, se apresenta a informação a memorizar, depois, no intervalo de retenção, sugere-se falsa informação e, por último, avalia-se a memória do evento original (cf. Santos, 2012).

Gudjonsson, 2003) considera a SI como resultado de uma interacção social, num contexto particular e começa por definir esse contexto como o de interrogatório, do qual sublinha dois aspectos importantes que o interrogado enfrenta: a incerteza e as expectativas. O modelo parte da premissa de que, para enfrentar estas duas condições, o sujeito terá de empregar estratégias de *coping*, das quais a SI dependerá. O sujeito tem de lidar cognitivamente com a incerteza, relativa às questões ou informações que lhe são apresentadas e para as quais não encontra uma resposta consistente na sua memória. De notar que quanto mais confiança o entrevistado tiver na sua memória, mais facilmente resiste às sugestões (Gudjonsson, 2003). É também possível, na ausência de incerteza, o entrevistado responder algo em que, internamente, não acredita (i.e., aceitar a sugestão, para agradar ao interrogador ou diminuir o conflito interpessoal). Todavia, isto implica apenas conformidade, e não sugestionabilidade⁴. Ao mesmo tempo que experiencia incerteza, o indivíduo experiencia também confiança interpessoal no interrogador, ou seja, acredita que este tem intenções genuínas, não suspeitando da índole sugestiva das questões que lhe coloca. Regra geral, as sugestões devem ser subtis, caso contrário, serão mais facilmente detectadas e rejeitadas (Gudjonsson, 2003). A incerteza e a confiança interpessoal são condições necessárias, mas não suficientes, para que as pessoas cedam às sugestões (Gudjonsson, 2003) – ou seja, mesmo que verificadas estas duas condições, a pessoa pode limitar-se a afirmar não saber a resposta correcta. Relativamente às expectativas, expectativas de sucesso vão desempenhar um papel preponderante na cedência à sugestão. Gudjonsson (2003) defende que a dificuldade do entrevistado em declarar a sua incerteza se deve ao seguinte conjunto de expectativas: que se espera dele uma resposta definitiva, que saiba a resposta para a pergunta colocada e que a consiga comunicar. As estratégias cognitivas utilizadas pela pessoa ao longo do interrogatório podem dirigir a generalidade das suas respostas no sentido de potenciar a sugestionabilidade ou a resistência a esta. Neste sentido, Gudjonsson (2003) defende que a cedência de um indivíduo às sugestões é função da avaliação cognitiva que este faz da situação de interrogatório e das estratégias de *coping* que utiliza. Gudjonsson (2003)

⁴ Diferença a explorar mais adiante.

ênfatiza ainda a importância do *feedback* negativo⁵ neste processo de alteração de respostas. Nomeadamente, fornecer *feedback* negativo após uma série de respostas poderá aumentar a incerteza do entrevistado, e inclusive incitar reacções emocionais e fisiológicas, que diminuem a sua autoconfiança e capacidade de julgamento durante o interrogatório (Gudjonsson, 2003).

Mastroberardino e Marucci (2013) e Drake (2009) referem duas críticas pertinentes ao modelo de Gudjonsson e Clark, as quais, de resto, Gudjonsson (2003) reconhece e contrapõe. A primeira é indicada por Schooler e Loftus (1986 como citado em Mastroberardino & Marucci, 2013) que afirmam que aspectos como a incerteza, confiança interpessoal e *feedback* negativo podem ser explicados como factores que diminuem a capacidade de detectar discrepâncias entre a informação original e a sugestiva. Gudjonsson (2003) admite que a falha em detectar discrepâncias possa ser condição necessária, mas não suficiente, para as pessoas cederem às sugestões, pois, argumenta, isso não as obrigaria a aceitar e incorporar a informação errónea na sua memória, podendo simplesmente responder que não sabem a resposta. A segunda crítica é apontada por Irving (1987 como citado em Gudjonsson, 2003 e em Mastroberardino & Marucci, 2013) e refere uma sobreposição entre os constructos de SI e de conformidade (*compliance*), um fenómeno mais comumente associado aos estudos de Asch (1951 como citado em Gudjonsson, 2003) e Milgram (1974 como citado em Gudjonsson, 2003) sobre a obediência à autoridade e a conformidade grupal. Gudjonsson (1989 como citado em Richardson & Kelly, 2004; Gudjonsson, 2013) argumenta que a diferença entre os dois constructos assenta na aceitação pessoal da informação, patente apenas na SI. No caso desta, a internalização da informação é provocada pelo decréscimo de confiança na sua memória, face à incerteza (Mastroberardino & Marucci, 2013). Pelo contrário, segundo Gudjonsson (2003), quando se trata de uma reacção de conformidade, a pessoa sabe que a sua resposta está a ser influenciada, mas obedece ou concorda com a sugestão, para obter algum ganho instrumental, como por exemplo agradecer

⁵ O *feedback* negativo, ou seja, a comunicação de que as respostas contêm incorrecções, pode ser explícito ou, mesmo, implícito. Por exemplo, a simples repetição das perguntas já induz o sujeito a crer que as respostas anteriores deveriam estar erradas (Gudjonsson, 2003).

ou evitar conflito com uma figura de autoridade, sem que isso afecte, regra geral, a sua memória do evento. Este autor inclusivamente desenvolveu uma escala de autoresposta de conformidade (*Gudjonsson Conformity Scale*; Gudjonsson, 1989) tendo encontrado correlações significativas entre os dois constructos em discussão (Gudjonsson, 1990 como citado em Richardson & Kelly, 2004). Mastroberardino e Marucci (2013) afirmam que os dois construtos são difíceis de distinguir, pois resultam em comportamentos aparentemente semelhantes, e, na sua investigação, encontraram resultados concordantes com a ideia de que parte da SI, nomeadamente após *feedback* negativo, se associa à conformidade. Estes autores sublinham a importância que teria o aperfeiçoamento da Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson no sentido de melhor diferenciar se a SI avaliada se deve à internalização de informação errónea e do *feedback* negativo ou, antes, ao fenómeno de conformidade, de forma a distinguirem-se as confissões internalizadas das não-internalizadas.

4.2. Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson

As escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1, Gudjonsson, 1984; e GSS2, Gudjonsson, 1987) surgiram para colmatar a necessidade, também sentida pelo autor, de avaliar, a pedido de tribunais, a credibilidade do testemunho oral de vítimas, testemunhas e suspeitos sob interrogatório policial. Estas escalas são largamente utilizadas no contexto forense e servem propósitos clínicos – como identificar pessoas particularmente vulneráveis para prestarem falsas confissões (Mastroberardino & Marucci, 2013) e a relatarem informação errada durante interrogatórios (Wakefield & Underwager, 1998; Gudjonsson, 1997) – e de investigação – como o aprofundar o conhecimento do processo de SI e de factores a esta associados (Gudjonsson, 1997).

O modelo de Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003) pressupõe a existência de dois tipos de SI, considerados como relativamente independentes um do outro (cf. Gudjonsson, 1984) e relevantes na área policial: um, foca-se no impacto das questões sugestivas sobre a credibilidade do testemunho, o outro sobre a capacidade de o interrogador levar a pessoa a alterar as respostas "indesejadas, mas possivelmente correctas" (Gudjonsson, 2003, p. 347) através do uso de confrontação ou

Sugestionabilidade interrogativa e efeito da manipulação da fonte de feedback negativo na GSS1: um estudo com adolescentes

feedback negativo. As GSS medem o primeiro tipo de SI como *Cedência*, a tendência pessoal para ceder às questões sugestivas, e o segundo, como *Alteração*, a mudança de respostas em reacção à pressão interrogativa (Gudjonsson, 2003).

A administração das GSS consiste na apresentação de uma gravação de uma história, que o indivíduo deve ouvir atentamente para, no final, relatar tudo o que memorizou (evocação imediata). Após um intervalo de 50 minutos, volta a ser-lhe pedido que evoque a história ouvida inicialmente (evocação diferida), e de seguida, que responda a um conjunto de 20 questões sobre a mesma, das quais 15 têm conteúdo sugestivo. Após este primeiro interrogatório, o investigador apresenta *feedback* negativo explícito, sob o pretexto de que o entrevistado terá cometido alguns erros, o que implica a necessidade de se repetirem todas as questões, e indica que o sujeito deve procurar que as suas respostas sejam mais exactas.

No final deste procedimento, apuram-se as pontuações em termos de memória lógica (imediata e diferida), confabulação (distorções e invenções, em cada momento de evocação) (Gudjonsson, 2003). Finalmente, medem-se os dois tipos de SI. A cedência à sugestão contida nas questões é pontuada em dois momentos (*Cedência 1* e *Cedência 2*), i.e., em cada ronda de interrogatório. A *Alteração* contabiliza-se através do número de respostas alteradas após a administração do *feedback* negativo, e, somada com a pontuação obtida em *Cedência 1*, perfaz a *Sugestionabilidade Total*.

Existem duas versões paralelas da GSS, que partilham a mesma estrutura, diferindo apenas no conteúdo da narrativa e, logicamente, das perguntas sobre esta. A GSS1 (utilizada neste estudo) adequa-se particularmente a contextos legais (Gudjonson, 2003), pois apresenta uma história de teor criminal⁶. A existência de duas versões da escala faculta a possibilidade de avaliar a fiabilidade teste-reteste da sugestionabilidade e, quando necessário, fazer mais do que uma avaliação ao mesmo sujeito, procedimento recomendado em contextos forenses (Gudjonsson, 1992).

⁶ A GSS1 narra a cena de um assalto a uma mulher que se encontrava de férias. Na GSS2, o teor da história já é não criminal; refere-se a um casal que socorre um rapaz que teve um pequeno acidente de bicicleta.

4.3. Estudos com Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson

A SI, como definida por Gudjonsson, é intrinsecamente dependente de factores situacionais, cognitivos e interpessoais. As GSS têm sido um instrumento extensamente utilizado (cf. Calicchia & Santostefano, 2004; Eisen, Morgan, & Mickes, 2002; Gudjonsson, 2003; Mastroberardino & Marucci, 2013) para investigar a interacção entre a SI e diferenças individuais (traços de personalidade, e.g., Richardson & Kelly, 2004; psicopatologia, cf. McGroarty & Baxter, 2009; idade, e.g., Lee, 2004; inteligência, memória, e.g., Gudjonsson, 1988b; Muris, Meesters, & Merckelbach, 2004; etc.), variações situacionais (versões computadorizadas, e.g., Gorassini, Harris, Daimond, & Flynn-Dastoor, 2006; utilização de co-testemunhas, e.g. Correia, 2013) ou interpessoais (cf. Bain, Baxter, & Fellowes, 2004; Baxter & Boon, 2000; Boon & Baxter 2000; 2004).

Face à extensão e diversidade da literatura consultada, tomámos como referência principal a obra de Gudjonsson (2003), na qual o autor faz uma revisão temática dos estudos empíricos realizados com as GSS, e procurámos actualizar essa revisão com menção a estudos posteriores, sempre que nos pareceu relevante, tendo em conta os objectivos do presente estudo

4.3.1. Sugestionabilidade interrogativa e o efeito do entrevistador

Vários estudos com as GSS têm explorado as dinâmicas da entrevista forense e demonstrado que variações na postura do entrevistador podem influenciar as respostas do entrevistado (McGroarty & Baxter, 2009). A literatura destaca dois aspectos importantes na génese deste efeito: a linguagem comportamental e verbal, no momento de comunicação do *feedback* negativo, e a distância interpessoal, ao longo da entrevista.

O *feedback* negativo é aplicado nas GSS de forma explícita, para exercer pressão interrogativa sobre o sujeito (Baxter, Boon, & Marley, 2006). Em 1984, Gudjonsson já chamava à atenção que o entrevistador pode sentir mais dificuldade em comunicar aos sujeitos o *feedback* negativo, de modo “sistemático e uniforme” (p. 311), do que em colocar as questões sugestivas. O autor reconhecia que esta situação pode ser embaraçosa para o entrevistador, que tem a consciência ética de que está a manipular o sujeito, e considerou que este incómodo era potencialmente mais marcado nos casos em que o sujeito tinha um bom desempenho no primeiro inquérito (Gudjonsson,

Sugestionabilidade interrogativa e efeito da manipulação da fonte de feedback negativo na GSS1: um estudo com adolescentes

1984). Este embaraço pode transparecer na relação interpessoal e a ênfase colocada nas instruções pode influenciar as respostas do sujeito (Gudjonsson, 1984). Gudjonsson (2003) frisa a importância da utilização da expressão exacta, manualizada, na transmissão do *feedback* negativo, como forma de assegurar que os resultados obtidos possam ser, com rigor, analisados à luz dos dados normativos. A firmeza na transmissão do *feedback* negativo pode ter diferentes efeitos (cf. Baxter & Boon, 2000), como levar o entrevistado a sentir-se isolado, aumentando a sua incerteza e ansiedade, desviando a sua atenção da própria tarefa de resposta para se centrar em aspectos da relação interpessoal ou de manutenção da sua auto-estima. A importância da comunicação não-verbal nesse momento é também sublinhada por Gudjonsson (1997) no manual das suas escalas: “recebe o *feedback* negativo, sendo-lhe dito clara e firmemente [...]” (p. 11) e reiterada mais tarde (Gudjonsson, 2003) “[...] deve ser transmitido firmemente, mas não severamente ou com uma expressão irritada.” (p. 393). Esta preocupação do autor das GSS é reveladora das dificuldades que a comunicação do *feedback* negativo suscita nos entrevistadores. No decorrer do restante procedimento de aplicação das GSS, a distância interpessoal pode ser manipulada pelo entrevistador, de modo a obter mais informação do entrevistado (Gudjonsson & Lister, 1984). Tanto uma postura demasiado amigável (devido à falta de treino, competências sociais ou confiança), como uma atitude excessivamente severa, podem traduzir-se em falta de rigor na avaliação da SI (Baxter & Boon, 2000).

Há duas formas de investigar o efeito do entrevistador como função das variações na distância interpessoal: perguntar aos entrevistados qual a sua percepção da distância interpessoal ou manipular experimentalmente essa distância. Gudjonsson e Lister (1984) seguem a primeira metodologia, descobrindo que a distância interpessoal percebida pelos sujeitos (especialmente os do sexo masculino) se correlaciona (correlações fortes⁷) positiva e significativamente com a SI. Além disso, em geral, os participantes classificavam o entrevistador mais favoravelmente do que a si mesmos. Outro dado interessante que estes investigadores encontraram, apesar de não ser

⁷ De acordo com a classificação de Cohen (1988 como citado em Pallant, 2005), doravante adoptada.

estatisticamente significativo, refere-se a maiores níveis de *Alteração* (pressão interrogativa) quando o procedimento era aplicado por um entrevistador do sexo masculino, em comparação com a sua pertença ao sexo feminino. Haraldsson (1985) realizou um estudo em que a administração da GSS1 foi posta a cargo de estudantes universitários (quatro mulheres e dois homens), alguns dos quais reportaram a dificuldade e o embaraço sentidos na transmissão do *feedback* negativo, aspetos para os quais Gudjonsson (1984) alertava. Apesar de não ter encontrado diferenças na SI relacionadas com o sexo do entrevistador, o autor observou um efeito do entrevistador, mais marcadamente no aumento da *Alteração*.

Manipulando o grau de distância interpessoal durante a comunicação do *feedback* negativo, Baxter e Boon (2000) estabeleceram variações na postura do entrevistador (amigável, firme e severo) e obtiveram resultados dentro do intervalo normativo para a GSS2. Descobriram, contudo, um aumento sucessivo dos níveis de SI, na comparação da passagem da postura amigável para firme e severa, diferenças essas estatisticamente significativas (nomeadamente para *Cedência 2* e *Alteração*), quando analisaram (*a posteriori*) apenas os resultados com os entrevistadores amigáveis e severos. Os autores ressaltaram a questão da proximidade entre examinadores e entrevistados (ambos alunos da mesma Universidade) que poderá, independentemente da manipulação experimental, ter diminuído a distância percebida e seus efeitos. Já Bain e Baxter (2000) manipularam a distância interpessoal em duas condições de comportamento do entrevistador (amigável e abrupto), mas desta vez ao longo de toda a entrevista, mantendo igual a “firmeza” na administração do *feedback* negativo. Nesse estudo, foram encontradas diferenças significativas ao nível da *Alteração* e da *Sugestionabilidade Total*, bem como ao nível da percepção que os entrevistados reportavam do entrevistador (amigável, percebido de forma mais positiva, e abrupto, como mais negativa), chegando à conclusão que, mesmo mantendo a pressão interrogativa, diferenças na postura do entrevistador podem influenciar a SI dos entrevistados. Este estudo serviu de ponto de partida para outros, que repetiram esta manipulação do comportamento do experimentador e acrescentaram outras. Baxter, Jackson e Bain (2003) analisaram o efeito do entrevistador (amigável e abrupto) na SI

em pessoas com auto-estima baixa e elevada. Mais uma vez, as percepções foram mais positivas com o entrevistador amigável e negativas com o abrupto. Mesmo não se verificando diferenças significativas na SI em função da conduta do entrevistador, registou-se uma interação significativa entre o comportamento do entrevistador e a auto-estima baixa, resultando em maiores níveis de *Cedência 2* e *Alteração*, na condição abrupto, e menores, na amigável. Isto que sugere que os indivíduos com pior percepção de si próprios serão mais vulneráveis ao desconforto produzido pela distância interpessoal no contexto de interrogatório. Bain et al. (2004) não só reportaram o mesmo efeito nas percepções do entrevistado, como encontraram um efeito do entrevistador, mas desta vez em *Sugestionabilidade Total* e *Cedência 1*, contrariamente às diferenças anteriormente encontradas, em *Alteração* e *Cedência 2*.

Uma vez que o efeito do entrevistador na aplicação das GSS pode influenciar a avaliação da SI em contextos forense e clínico e que, na prática, o treino dos entrevistadores seria moroso dispendioso, Boon e Baxter (2004) apontaram a necessidade de despersonalizar a entrevista, de forma a diminuir as oportunidades para variações entre aplicações. O uso de uma gravação da história começa por servir este propósito, contudo não o faz para a totalidade das interações, nomeadamente os momentos de administração do *feedback* negativo e de interrogatório (Boon & Baxter, 2004). Os autores realizaram então um estudo experimental no qual a aplicação da GSS2 foi feita por estudantes inexperientes finalistas de Psicologia. As quatro condições experimentais criadas variavam em termos de contacto verbal, oral e escrito⁸. As condições cujos resultados mais se aproximaram dos resultados normativos foram aquelas (condições 2 e 4) em que os participantes foram interrogados e responderam às questões por escrito, e especialmente quando, para além disso, o *feedback* negativo foi comunicado também por escrito, ou

⁸ Os procedimentos seguidos em cada condição foram os seguintes:

Condição 1- procedimento original, mas com as questões administradas por escrito (questões por escrito); Condição 2 - procedimento da condição 1, mas o sujeito respondia por escrito (questões e respostas por escrito); Condição 3 - procedimento da condição 1, mas o *feedback* negativo era administrado por escrito (questões e *feedback* por escrito); e Condição 4 - procedimento da condição 2, mas com *feedback* negativo administrado por escrito (questões, respostas e *feedback* por escrito).

Sugestionabilidade interrogativa e efeito da manipulação da fonte de feedback negativo na GSS1: um estudo com adolescentes

seja, quando o contacto oral foi mínimo (condição 4). Pelo contrário, quando apenas o entrevistador se mantinha em silêncio e os sujeitos tinham de responder oralmente (condições 1 e 3) o desconforto parecia aumentar, aumentando os níveis de SI. Ou seja, Boon e Baxter (2004) mostraram que controlar o comportamento do entrevistador (inexperiente) em momentos diferentes, tem impactos distintos na SI, e que a diminuição da interacção verbal oral produz resultados mais próximos dos normativos. Assim, incentivaram a que estudos futuros averiguassem a viabilidade de uma versão computadorizada da GSS. Gorassini et al. (2006), seguindo esta sugestão, testaram uma versão computadorizada da GSS1 e, considerando a possível fragilidade da interacção computador-humano em estabelecer a pressão interrogativa, propuseram-se analisar a eficácia desta versão no momento da transmissão do *feedback* negativo, pelo que, o *feedback* dado aos participantes foi crítico numa condição e neutro noutra⁹. Quando o *feedback* dado pelo computador foi crítico, os autores encontraram níveis de *Alteração* significativamente mais elevados do que na condição de *feedback* negativo neutro e do que na GSS original. Isto revelou que uma versão computadorizada poderia ser ainda mais eficaz do que o esperado na produção de pressão interrogativa.

4.3.2. Sugestionabilidade interrogativa na adolescência

A escassez da investigação associada às temáticas da SI, dos interrogatórios e da capacidade para testemunhar em relação ao período da adolescência, por oposição à infância e idade adulta, é apontada por vários autores (Callichia & Santostefano, 2004; Gudjonsson, Sigurdsson, & Sigfusdottir, 2009; Jack et. al, 2014; Meyer & Reppucci, 2007; Redlich, Silveman, Chen, & Steiner, 2004; Singh & Gudjonsson, 1992a). Ainda assim, na literatura parece consensual que os adolescentes terão menos recursos psicossociais para lidar com técnicas de interrogatório persuasivas, acusatórias ou coercivas (Drizin & Leo, 2003; Gudjonsson, 2003) do que os

⁹ O *feedback* crítico consistia na mesma mensagem que é indicada no procedimento original da GSS1, em que se diz ao sujeito que cometeu uma série de erros que obrigam à repetição do interrogatório. O *feedback* neutro consistia numa mensagem semelhante, mas em que a necessidade de repetição do questionário era atribuída a uma questão de calibração do teste de evocação, e não a erros do sujeito.

adultos. Por atravessarem um período de maturação neurológica e também psicossocial, os adolescentes são mais facilmente influenciáveis e suscetíveis de mudar a sua postura para agradar a outros, nomeadamente a figuras da autoridade em matérias legais (Jack et al., 2014), mostrando maior dificuldade em resistir à pressão interrogativa e ao *feedback* negativo (Gudjonsson, 2003) e prestando mais facilmente testemunhos incorrectos (Reppucci, Meyer, & Kostelnik, 2010). Em suma, características como a falta de maturidade, recursos sociais, emocionais ou de capacidade de julgamento, associadas à idade poderão aumentar a vulnerabilidade dos adolescentes à pressão policial durante os interrogatórios (Drizin & Leo, 2003; Gudjonsson, 2003; Grisso, Steinberg, & Woolard, 2003; Oberlander & Goldstein 2001 como citado em Mclachlan, Roesch, & Douglas, 2011).

A partir dos 12 anos de idade, a capacidade mnésica e os níveis de cedência às questões sugestivas dos adolescentes revelam-se equivalentes às dos adultos (Cohen & Harnick como citado em Gudjonsson & Singh, 1984; Cole & Loftus, 1984 como citado em Richardson, Gudjonson, & Kelly, 1995; Gudjonsson, 2003). Sabemos já que, para além da *Cedência* às sugestões, as GSS medem outro tipo de SI, a *Alteração*, associada sobretudo à percepção que o sujeito tem da figura de autoridade no interrogatório (Gudjonsson & Singh, 1984). Neste sentido, a *Alteração* das respostas face à pressão interrogativa (veiculada nas GSS através de *feedback* negativo) aparenta ser maior entre os adolescentes (delinquentes, cf. Gudjonsson & Singh, 1984; Richardson et al., 1995; e não delinquentes, cf. Singh & Gudjonsson, 1992a; 1992b). O que significa que estes apenas tendem a ser mais sugestionáveis do que os adultos quando sujeitos a pressão interrogativa, à qual revelam menor resistência (Gudjonsson, 2003).

Outro dado interessante prende-se com o facto de os jovens terem tendência a confessar mais facilmente algo que não fizeram, quer em estudos experimentais quer na realidade (Reppucci et al., 2010). Num estudo de Redlich e Goodman (2003) acerca de falsas confissões, dois grupos de adolescentes (com 12 a 13 anos e com 15 a 16 anos) e jovens adultos, foram acusados de ter causado uma avaria num computador. Apesar de não encontrarem correlações significativas entre *Alteração* na GSS1 e a tendência para assumir a responsabilidade pelo incidente, os autores observaram que os

participantes mais novos eram os que mais facilmente assumiam a culpa, e mais facilmente o faziam sem questionar, especialmente quando confrontados com provas falsas. Procedimentos como a confrontação com provas falsas ou uso de linguagem típica dos adultos são comuns na *Técnica de Reid* (mencionada no tópico 2.) cujos manuais e autores defendem a aplicabilidade igual de procedimentos a adultos e adolescentes. O impacto desta forma de actuação aumenta em países como os E.U.A. onde, para além de sujeitos a técnicas de interrogatório coercivas, os jovens podem ser julgados como adultos (cf. Reppucci et al., 2010).

4.3.3. Sugestionabilidade interrogativa e género

A investigação sobre a SI não tem dedicado muita atenção à análise de efeitos de género (Calicchia & Santostefano, 2004), e a literatura disponível sobre o assunto gera mais dúvidas do que conclusões unívocas. Este problema agrava-se quando afunilamos a pesquisa para amostras de adolescentes, nas quais se tem analisado a SI maioritariamente em amostras forenses masculinas.

Stern (1910), no seu trabalho sobre a Psicologia do Testemunho, começou por afirmar que as mulheres cediam mais a questões sugestivas do que os homens, não fundamentando, todavia, essa afirmação. Mais tarde, numa tentativa de tentar esclarecer resultados contraditórios de estudos realizados, Powers et al. (1979) investigaram o testemunho (visual) de homens e de mulheres, descobrindo que os níveis de SI diferiam conforme o tipo de informação em causa, i.e., as mulheres mostravam-se mais resistentes à sugestão em questões sobre detalhes orientados para o feminino (e.g., sobre outra mulher), e os homens, para o masculino. Porém, Loftus, Levidow e Duensing (1992) registaram um efeito de desinformação significativamente maior entre os homens, mesmo num detalhe (um veículo) para o qual, no estudo anterior, se tinham revelado mais resistentes à sugestão.

Relativamente à GSS1, Gudjonsson (2003) refere uma tendência para a maior SI das mulheres (1 ponto), muito embora não se revele significativa estatisticamente. Redlich (1999 como citado em Gudjonsson, 2003) registou que os rapazes adolescentes eram mais sugestionáveis do que as raparigas; contudo, esse efeito poderia ser mediado pelo facto das raparigas apresentarem melhores resultados em termos mnésicos. Mais recentemente,

Sugestionabilidade interrogativa e efeito da manipulação da fonte de feedback negativo na GSS1: um estudo com adolescentes

Calicchia e Santostefano (2004) procuraram aprofundar esta questão e, administrando a GSS2 a uma amostra de adolescentes, não encontraram diferenças estatisticamente significativas entre géneros em qualquer medida de SI. Num estudo de validação (E.U.A.) e comparativo (com a amostra populacional do Reino Unido) de Pollard et al. (2004), com a GSS2, à semelhança da amostra britânica não foram, também, encontradas diferenças de género relativamente à SI.

A ambiguidade de resultados descritos na literatura consultada não permite fazer previsões, pelo que, um objectivo secundário deste estudo será, de forma exploratória, averiguar a existência de diferenças de género na SI.

4.3.4. Sugestionabilidade interrogativa, inteligência e memória

Originalmente, Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson 2003) levantaram a hipótese de haver uma relação negativa entre a inteligência e a SI: as pessoas com um nível de inteligência mais baixo teriam menos recursos intelectuais (e também mnésicos) para lidar com a tarefa de interrogatório (nomeadamente, incerteza, expectativas e pressão), o que resultaria em maior SI (Gudjonsson, 2003). No cômputo das investigações revistas por Gudjonsson (2003), confirma-se esta relação entre a inteligência e a SI, em que os indivíduos com inteligência bastante abaixo da média tendem a ser mais sugestionáveis. Porém, esta diferença deixa de se notar entre indivíduos com QIs médios ou superiores (Gudjonsson, 2003). Por outras palavras, a SI correlaciona-se com níveis baixos de inteligência (Gudjonsson, 1983; 1988b). Uma vez que os resultados mais baixos são os que mais contribuem para a correlação, Gudjonsson (2003) critica a utilização recorrente de amostras de estudantes universitários nos estudos da abordagem experimental. Nestes, o funcionamento cognitivo global encontra-se, à partida, restringido a níveis médios ou superiores, o que retira validade ecológica aos estudos e impede a generalização das conclusões para indivíduos com dificuldades intelectuais (cf. Gudjonsson, 1988b).

Não obstante, algumas investigações com outro tipo de amostras também falharam em encontrar correlações significativas (e.g., Silva, 2011, num estudo com jovens portugueses). Penajóia (2012) encontrou correlações negativas significativas moderadas e altas num grupo de adultos da comunidade, porém o mesmo não sucedeu no grupo de reclusos. Gudjonsson

Sugestionabilidade interrogativa e efeito da manipulação da fonte de feedback negativo na GSS1: um estudo com adolescentes

(1991) comparou a SI em três grupos de pessoas com relação com o sistema legal¹⁰ e concluiu que embora a SI interaja com a inteligência, esta correlação é modesta e não determinante, atribuindo maior importância a diferenças de personalidade (cf. Gudjonsson, 1991). Num estudo de validação da GSS2 nos E.U.A, Pollard et al. (2004) confirmam a existência de correlações negativas significativas: de magnitude pequena e média, respectivamente entre a inteligência e a *Alteração*, a *Cedência I* e a *Sugestionabilidade Total*, que desapareciam quando se excluía da amostra os indivíduos com QI menor do que 100. Também Muris et al. (2004) confirmaram correlações negativas entre todas as medidas de SI e a inteligência (e memória) numa amostra de adolescentes delinquentes.

Em relação à memória, em teoria, espera-se uma interação com a SI semelhante à que se verifica com a inteligência (Gudjonsson, 1983). Os resultados de SI nas GSS mostram-se negativamente correlacionados com o desempenho mnésico nas mesmas, em termos de evocação, e também em testes independentes (Gudjonsson, 2003). Gudjonsson (1983) reportou uma relação negativa entre memória e inteligência (individualmente e em interação) com a SI, e também um impacto na SI, quanto mais rápida a deterioração da memória no tempo. Gudjonsson (1988b) confirmou, ainda, a existência de correlações significativas, especialmente mais fortes em sujeitos normais (por oposição a pacientes forenses), entre memória e inteligência, e memória e SI. Para além disso, níveis baixos de inteligência correlacionavam-se claramente com a SI em ambos os grupos; já quanto a níveis baixos de memória, também se encontrava maior correlação com a SI, para sujeitos normais, porém não para os pacientes forenses, nos quais a correlação seria a oposta (melhor memória associada a maior SI). Singh e Gudjonsson (1992a) testaram as hipóteses teóricas do modelo de Gudjonsson e Clark relativas à memória e inteligência, numa amostra de rapazes adolescentes. Os autores confirmaram que a inteligência e a memória mediavam a SI, encontrando correlações negativas significativas: fortes com a memória, e mais modestas (pequenas e médias) com a inteligência (comparativamente a estudos com

¹⁰ Indivíduos que se auto-incriminaram e mais tarde negaram a confissão (falsos confessores), que não se incriminaram mas foram condenados (resistentes) e que confessaram e não retiraram o depoimento (criminosos).

adultos).

4.3.5. Sugestionabilidade interrogativa e auto-conceito

O termo auto-conceito refere-se às percepções de uma pessoa acerca de si própria, em relação a aspectos importantes da sua vida (Piers & Herzberg, 2002). Este conjunto de crenças e sentimentos sobre si mesmo, que os indivíduos desenvolvem e estabilizam durante a infância, são passíveis de medição, através de questionários de auto-resposta, e influenciam atitudes, sentimentos, funções e comportamentos (Piers & Herzberg, 2002). Por ser frequentemente equiparado à autoestima (Piers & Herzberg, 2002; Sprinthall & Collins, 2003), que pode ser considerada o aspecto avaliativo do auto-conceito (cf. Hooper, Chou, & Browne, 2016), revemos estudos que envolvem ambos os constructos.

Indivíduos com auto-estima mais baixa tendem a depender mais do ambiente social, tornando-se mais sensíveis aos estímulos intimidatórios e ansiógenos, como, por exemplo, os utilizados na GSS (Nurmoja & Bachmann, 2008). As técnicas de interrogatório que visam manipular a auto-estima podem tornar alguns indivíduos mais susceptíveis de aceitar informação sugestiva acriticamente (Gudjonsson, 2003; Gudjonsson & Lister, 1984; Singh & Gudjonsson, 1984).

Num estudo com jovens adultos, Gudjonsson e Lister (1984) mediram, com escalas de termos bipolares (cf. Osgood, Suci, & Tannenbaum, 1957 como citado em Gudjonsson e Lister, 1984), as percepções dos sujeitos sobre si próprios e sobre os avaliadores, verificando que quando os sujeitos, especialmente os do sexo masculino, tinham autopercepções mais pobres, e viam o avaliador como mais competente, a sua vulnerabilidade no contexto de interrogatório aumentava, i.e., registaram correlações positivas significativas fortes com a SI (*Alteração e Sugestionabilidade Total*). Singh e Gudjonsson (1984) investigaram também a relação entre a SI e as percepções que o sujeito tem de si mesmo e do interrogador, numa amostra de enfermeiras de psiquiatria, formulando a hipótese de que a auto-estima baixa pudesse causar insegurança e diminuir a resistência a influências sugestivas. Os investigadores aplicaram duas vezes a GSS1, com um intervalo de uma semana, e mediram também as percepções acerca de si próprio (em geral e durante a experiência) e acerca do interrogador. Este estudo corroborou os

Sugestionabilidade interrogativa e efeito da manipulação da fonte de feedback negativo na GSS1: um estudo com adolescentes

resultados de Gudjonsson e Lister (1984), demonstrando que a auto-estima baixa (principalmente as percepções de competência e potência) se associa a elevações na SI (*Alteração e Sugestionabilidade Total*), e revelou ainda que este efeito é maior quando os sujeitos não estão familiarizados com a tarefa.

No seu estudo com uma amostra forense de adolescentes, Gudjonsson e Singh (1984) administraram, aos funcionários de um centro de tratamento temporário, um questionário de heteroavaliação de manifestações comportamentais da auto-estima dos rapazes, e encontraram uma correlação significativa positiva média entre a auto-estima e a SI (*Alteração*). Nurmoja e Bachmann (2008) estudaram, na Estónia, a influência de diferentes variáveis da personalidade na SI (medida pela GSS2) e encontraram correlações negativas significativas (com magnitude média e pequena) entre a auto-estima e os níveis de, respectivamente, *Cedência 2 e Alteração*. Baxter et al. (2003) manipularam a distância interpessoal na aplicação da GSS1 em jovens adultos com auto-estima alta e baixa, encontrando um efeito desta em todas as medidas de SI. De notar que os participantes com auto-estima baixa se revelaram mais vulneráveis, independentemente da postura do entrevistador. Das investigações revistas, algumas (Castro, 2015; Drake et al. 2008; Silva, 2011) não encontraram, contudo, correlações estatisticamente significativas entre a auto-estima e as medidas da GSS.

Apesar das conclusões acima mencionadas, numa revisão sistemática do tema, feita por Hooper et al. (2016), é apontada alguma fragilidade na consistência entre estudos, principalmente devida à utilização de diferentes instrumentos e de amostras (e.g., enfermeiras, estudantes do ensino superior) com características que dificultam a generalização para outras populações.

4.3.6. Sugestionabilidade interrogativa e ansiedade

A adolescência apresenta-se como uma fase de mudança e de ajustamento desenvolvimental, que implica a vivência de situações de stress, sendo a ansiedade, em níveis comuns, uma reacção natural e adaptativa a estas (Borges, Manso, Tomé, & Matos, 2008). Em teoria, faria sentido que os indivíduos mais ansiosos tivessem maior dificuldade em lidar com o procedimento de interrogatório e que isso resultasse em níveis aumentados de SI. Contudo, os resultados de estudos sobre a relação entre estas duas variáveis não são unívocos (Gudjonsson, 1988a; Polczyk, 2005; Wolfradt & Meyer,

Sugestionabilidade interrogativa e efeito da manipulação da fonte de feedback negativo na GSS1: um estudo com adolescentes

1998).

Podem distinguir-se dois tipos de ansiedade: estado e traço. A primeira associa-se ao stress situacional, e a segunda, a uma tendência relativamente estável para experienciar estados de ansiedade (Gudjonsson 2003). Gudjonsson (2003) revê vários estudos empíricos acerca deste tópico e argumenta que a relação entre a ansiedade e a SI é mais relevante para a ansiedade estado do que traço. Esta relação é consistentemente mais forte quando se mede a ansiedade estado sentida durante o procedimento de interrogatório (não antes) e também quando se analisa a correlação com o índice *Alteração* (Gudjonsson, 1988a), o que indica que a ansiedade estará mais associada ao *coping* com a pressão interrogativa (Drake, 2014; Gudjonsson, 1988a; 2003).

Neste âmbito, é frequente a utilização do Inventário de Ansiedade Traço-Estado (STAI; Spielberger, Gorsuch, Lushene, Vagg, & Jacobs, 1983 como citados em McDowell, 2006) para análise da relação da ansiedade estado e traço com a SI (Gudjonsson, 2003). Ainda assim, os estudos revelam resultados heterogéneos e muitas vezes contraditórios à visão de Gudjonsson (2003). Gudjonsson, Rutter e Clare (1995) aplicaram o STAI e a GSS1 a sujeitos (caucasianos e afrocaribenhos) detidos numa esquadra policial. Os resultados revelaram correlações baixas, mas significativas, entre a SI e a ansiedade traço, para toda a amostra, enquanto a ansiedade estado só se correlacionou com a SI no grupo de sujeitos caucasianos, e muito modestamente. Estes resultados revelaram-se difíceis de explicar. Os autores apontaram os baixos níveis de QI da amostra, as diferenças culturais, as especificidades da situação de detenção e a complexidade dos conceitos de ansiedade e SI, bem como do questionário, como possíveis contaminadores do desempenho dos participantes. Smith e Gudjonsson (1995) administraram o STAI a um grupo de pacientes psiquiátricos, logo após a aplicação da GSS2 e uma semana depois. Também nesta investigação não se encontraram correlações entre a SI e a ansiedade estado após a GSS. Porém, verificaram-se correlações positivas (pequenas e médias) significativas entre a SI e a ansiedade estado medida uma semana depois. Segundo os autores, estes resultados inesperados, poderiam, novamente, estar relacionados com a complexidade do STAI. Wolfradt e Meyer (1998) decidiram comparar os

níveis de SI de um grupo de pacientes com perturbações de ansiedade diagnosticadas com um grupo de controlo. O grupo de pacientes não só teve pontuações mais elevadas no STAI, como também a SI se correlacionou positiva e significativamente com a ansiedade traço e estado. Já num estudo mais recente, com jovens adultos, utilizando também o STAI, Nurmoja e Bachmann (2008) não encontraram quaisquer correlações da SI com a ansiedade traço ou estado.

A medição da ansiedade traço é também, por vezes, associada à subescala de Neuroticismo do Questionário de Personalidade de Eysenck (EPQ; Eysenck & Eysenck, 1975) (Gudjonsson, 1983; Haraldsson, 1985 como citado em Gudjonsson, 2003; Nurmoja & Bachmann, 2008). Gudjonsson (1983) encontrou uma correlação positiva estatisticamente significativa entre o neuroticismo e a SI, ao passo que Haraldsson (1985) não.

Mais recentemente, Drake (2014) propôs-se investigar o papel da ansiedade traço na relação entre a SI e as experiências de vida negativas (auto-avaliadas). Segundo o autor, a tendência para interpretar negativamente as situações extender-se-ia à percepção das tarefas da GSS, aumentando a vulnerabilidade do sujeito às questões sugestivas depois de exercida pressão interrogativa. Apesar de não encontrar correlações directas entre a ansiedade traço e as medidas da SI da GSS, concluiu que a ansiedade funciona como moderadora entre as duas outras variáveis, i.e., quanto maior é a ansiedade, maior é o efeito, na SI, da intensidade atribuída aos acontecimentos negativos experienciados.

Relativamente à relação entre a SI e a ansiedade, para além de não se encontrar definitivamente esclarecida, notamos uma lacuna empírica da sua análise em amostras de adolescentes. Por uma questão prática, optamos por utilizar um questionário de auto-resposta sobre a ansiedade traço, que nos permitir explorar se, de algum modo, a ansiedade traço se relacionaria com a SI em adolescentes, ao mesmo tempo que contempla uma dimensão de desejabilidade social.

4.3.7. Sugestionabilidade interrogativa e desejabilidade social

A desejabilidade social é a tendência para se apresentar de uma forma socialmente favorável com o intuito de obter aprovação. A sua medição associa-se geralmente ao uso de instrumentos de auto-resposta com escalas de

Sugestionabilidade interrogativa e efeito da manipulação da fonte de feedback negativo na GSS1: um estudo com adolescentes

mentira, como a do EPQ ou da Marlowe-Crowne¹¹ (Gudjonsson, 1990; 2003; Nurmoja & Bachmann, 2008) e, no presente estudo, recorreu-se à escala Mentira da Escala de Ansiedade Manifesta para Crianças – versão revista (R-CMAS, Reynolds & Richmond, 1978). Gudjonsson (2003) refere que as investigações mostram que a desejabilidade social se correlaciona positivamente com a SI, mas em níveis baixos, e que, possivelmente, não alcançam significância em todos os estudos.

Revendo a literatura disponível sobre as investigações com a GSS1, várias publicações registaram correlações positivas significativas, pequenas e médias, entre a desejabilidade social, medida por questionários de auto-resposta, e as componentes da SI. Entre estes, contam-se estudos com adultos (Gudjonsson, 1983; Polczyk, 2005), reclusos e sem contacto com o sistema judicial (Penajóia, 2012), com estudantes universitários (Haraldsson, 1985; Silva, 2011) e do ensino secundário (Silva, 2011), e com adolescentes delinquentes institucionalizados (Richardson & Kelly, 2004). Ainda assim, noutros estudos com a GSS1 (Nurmoja & Bachmann, 2008) e GSS2 (Correia, 2013) com estudantes universitários, não se encontraram quaisquer correlações estatisticamente significativas entre a desejabilidade social e a SI. Num estudo com crianças e adolescentes, Lee (2004) registou correlações significativas, pequenas e médias, entre a SI, conforme medida pela GSS1, e a desejabilidade social que, contudo, desapareciam quando se analisava prioritariamente a idade dos participantes. Mais especificamente, devido ao que parecia um efeito da maturidade, os adolescentes não se mostravam tão sugestionáveis como as crianças, e variáveis como a desejabilidade social deixavam de explicar a variação da SI.

II – Objectivos

O estudo que ora apresentamos visa analisar a manifestação da SI numa amostra de adolescentes portugueses. O principal objectivo consiste em averiguar o efeito da manipulação da fonte do *feedback* negativo na SI, conforme medida pela GSS1. Os resultados obtidos poderão contribuir para o estudo da viabilidade da criação de uma versão computadorizada da GSS1.

¹¹ Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (Crowne & Marlowe, 1960).

Paralelamente, propõe-se também avaliar a relação da SI com, respectivamente, as variáveis género, memória, inteligência não-verbal, auto-conceito, ansiedade e desejabilidade social.

Considerando os objectivos a que nos propomos e a revisão teórica realizada em torno de cada uma das temáticas relevantes, foram formuladas as seguintes hipóteses:

H1: Não são observáveis diferenças estatisticamente significativas, relativamente à expressão das diferentes medidas de SI, entre o grupo de controlo (procedimento original da GSS1) e o grupo experimental (alteração da fonte de *feedback* negativo em que este seria fornecido por um computador).

H2: Não é observável uma correlação estatisticamente significativa, em nenhum dos grupos, entre SI e inteligência não-verbal.

H3: Existe uma correlação negativa e estatisticamente significativa, em ambos os grupos, entre a SI e memória.

H4: Existe uma correlação negativa e estatisticamente significativa, em ambos os grupos, entre a SI e o auto-conceito.

H5: Existe uma correlação positiva e estatisticamente significativa, em ambos os grupos, entre a SI e a desejabilidade social.

III – Metodologia

1. Amostra

A amostra recolhida compõe-se 72 adolescentes, rapazes e raparigas, com idades compreendidas entre os 13 e os 16 anos. Os sujeitos eram alunos do ensino regular e profissional, cuja participação no presente estudo foi voluntária e esclarecida. A recolha desta amostra foi levada a cabo entre Outubro de 2016 e Junho de 2017. Os sujeitos foram distribuídos aleatoriamente por dois grupos, controlo e experimental, cada um deles composto por 36 sujeitos (18 do sexo feminino e 18 masculino). As Tabelas 1 e 2 ilustram as características de cada um destes grupos.

Tabela 1. Caracterização do grupo de controlo

Variáveis	Grupo de Controlo				
		<i>N</i>	Frequência (%)	<i>M</i>	<i>DP</i>
Género	Masculino	18	50		
	Feminino	18	50		
Idade	13	7	19.4		
	14	13	36.1	14.31	.86
	15	14	38.9		
	16	2	5.6		
Ano de Escolaridade	8º	11	30.6		
	9º	15	41.7		
	10º	10	27.8		
Memória		36		16.69	5.70
Inteligência não-verbal		36		47.44	4.90
Ansiedade manifesta		36		14.36	4.69
Desejabilidade social		36		3.58	2.12
Auto-conceito		36		42.36	8.25

Tabela 2. Caracterização do grupo de experimental

Variáveis	Grupo Experimental				
		<i>N</i>	Frequência (%)	<i>M</i>	<i>DP</i>
Género	Masculino	18	50		
	Feminino	18	50		
Idade	13	10	27.8		
	14	12	33.3	14.19	.95
	15	11	30.6		
	16	3	8.3		
	8º	10	27.8		
Ano de Escolaridade	9º	16	44.4		
	10º	10	27.8		
Memória				17.89	4.21
Inteligência não-verbal		36		48.08	5.03
Ansiedade manifesta		36		15.17	5.99
Desejabilidade social		36		4.31	2.70
Auto-conceito		36		45.83	6.71

Relativamente às variáveis sociodemográficas, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas¹² entre os grupos de controlo e

¹² À variável escolaridade, por ser nominal, aplicou-se o teste do chi-quadrado para a independência. Às restantes variáveis foi aplicado o teste *t* de *Student*, tendo sido cumprido o pressuposto de homogeneidade das variâncias para todas, à excepção da desejabilidade social.

experimental, no que concerne à idade [$t(70) = .52, p = .604$] e ao ano de escolaridade frequentado [$\chi^2(2, N = 72) = .08, p = .961$]¹³. Relativamente às variáveis¹⁴ patentes nas hipóteses formuladas, também não foram encontradas diferenças significativas entre ambos os grupos, para memória [$t(70) = -1.01, p = .315$], inteligência não-verbal [$t(70) = -.55, p = .587$], ansiedade manifesta [$t(70) = -.64, p = .527$], desejabilidade social [$t(66.20) = -1.26, p = .211$] e auto-conceito [$t(70) = -1.96, p = .054$].

Os critérios de exclusão utilizados na constituição desta amostra foram: um resultado inferior ao percentil 25, na prova de inteligência não-verbal e resultados mais de 1,5 desvios-padrão¹⁵ inferiores à média no ensaio de *Evocação Imediata*. Para equilíbrio do número de participantes por grupo, 4 foram excluídos aleatoriamente do grupo de controlo.

2. Procedimentos

O pedido de participação na investigação foi divulgado junto de todas as turmas, do 7º ao 10º ano de escolaridade, de três escolas do concelho de Ansião¹⁶. Após autorização escrita dos respectivos encarregados de Educação, foram sendo agendadas, em colaboração com a escola, sessões individuais com os alunos, nos seus horários livres. Aos que se mostraram disponíveis a comparecer, foi perguntado se conheciam o propósito da investigação, foi dada uma explicação sumária do estudo, dos objectivos, anonimato e confidencialidade da investigação, tendo sido confirmado oralmente o consentimento informado. No início e no final da sessão, a investigadora mostrou-se disponível para esclarecer quaisquer dúvidas; no final, após agradecimento, foi-lhes ainda pedido que não comentassem o teor do procedimento junto dos colegas, ao qual acederam todos os participantes.

¹³ Zero por cento das células apresentavam uma probabilidade esperada inferior a 5.

¹⁴ No que concerne às diferentes medidas de evocação que a escala disponibiliza, apenas foram encontradas diferenças significativas em termos de Invenções (evocação diferida) [$t(70) = 2.397, p = .019$].

¹⁵ Como referência foram utilizados os valores obtidos no estudo de Singh e Gudjonsson (1992b) com adolescentes dos 11 aos 16 anos, do sexo masculino, sem condenações criminais.

¹⁶ Agrupamento de Escolas de Ansião e Escola Tecnológica e Profissional de Sicó.

3. Instrumentos e materiais

As sessões individuais de aplicação da GSS1 e restantes instrumentos tiveram a duração de cerca de 60 minutos. A história da GSS1 foi apresentada utilizando uma gravação e as evocações e respostas dos sujeitos durante a sessão foram transcritas para computador. Os instrumentos de avaliação psicológica aplicados no intervalo de evocação da GSS1 são seguidamente apresentados, por ordem de aplicação.

3.1. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson – GSS1

A construção de uma versão portuguesa computadorizada da GSS exigiria meios de realização dos quais não dispomos. Afigurou-se, contudo, exequível, testar o impacto da simulação da utilização de um programa de computador somente no momento de administração do *feedback* negativo aos sujeitos. Por um lado, o estudo de Gorassini et al. (2006) veio colocar em questão a ideia de que um computador não seria suficientemente credível ou dotado de firmeza na comunicação do *feedback* negativo, mostrando, pelo contrário, que este poderia ser até demasiado convincente. Por outro, a escolha de uma amostra de adolescentes, nascidos na era digital, e que por isso se desenvolveram numa relação de maior proximidade com as chamadas novas tecnologias, tornam a investigação mais estimulante e fazem-nos colocar a hipótese de que nesta amostra, não se verifiquem diferenças significativas na reacção à pressão interrogativa quando a fonte do *feedback* negativo é o investigador ou o computador. Reitera-se que o objectivo principal deste estudo seria averiguar o efeito da manipulação da fonte do *feedback* negativo na SI. Uma vez que não existem ainda dados normativos para a população adolescente portuguesa, a comparação será estabelecida utilizando um grupo de controlo.

O procedimento original de aplicação da GSS1 foi esclarecido no ponto 4.2., pelo que procederemos a uma descrição mais detalhada das medidas que a escala disponibiliza e à apresentação das suas propriedades psicométricas.

Segundo Gudjonsson (2003), as medidas extraíveis da GSS1 são as seguintes:

Evocação Imediata: mede a memória verbal imediata da história ouvida. É indicador da atenção, concentração e capacidade mnésica. A pontuação, por ideia, pode ser de 0.5 ou 1 pontos, até um máximo de 40

Sugestionabilidade interrogativa e efeito da manipulação da fonte de feedback negativo na GSS1: um estudo com adolescentes

ideias/pontos. Paralelamente às ideias correctamente evocadas, são também cotadas, unitariamente, *Distorções e Invenções*, que se somam como *Total de Confabulações*.

Evocação diferida: obtém-se, geralmente, cerca de 50 minutos depois da evocação imediata. O sistema de pontuação é igual ao da *Evocação Imediata*, sendo comum uma pequena deterioração, do primeiro para o segundo relato.

Cedência 1: representa o número de questões sugestivas às quais o sujeito cede, antes de receber o *feedback* negativo. Pode pontuar de 0 a 15.

Cedência 2: o equivalente a *Cedência 1*, mas após a administração do *feedback* negativo. É comum um pequeno aumento de pontuação em relação a *Cedência 1*. É um melhor indicador da forma como os indivíduos cedem à sugestão, após pressão interrogativa. Pontua como a *Cedência 1*.

Alteração: representa o número de respostas que o sujeito altera entre o primeiro e o segundo interrogatório, uma vez veiculado o *feedback* negativo. A pontuação varia entre 0 e 20.

Sugestionabilidade Total: resulta da soma de *Cedência 1* com *Alteração*.

A consistência interna das medidas de SI da GSS1 foi originalmente avaliada por Gudjonsson (1984)¹⁷. Após sugestões de melhoria relativas ao índice *Alteração*¹⁸, propostas por Singh e Gudjonsson (1987), a consistência desta medida aumentou¹⁹. A adaptação portuguesa da GSS1 (Pires, Silva, & Ferreira, 2013) revelou bons índices de consistência interna²⁰ para todos os resultados, à excepção de *Alteração*, mais modesto. No presente estudo, os níveis de consistência interna do instrumento seguiram este padrão²¹ (em que a *Alteração* se revela o índice mais frágil). Porém, em geral, na presente investigação, os valores situam-se ainda um pouco abaixo²² dos obtidos por

¹⁷ Alfa de Cronbach de .77 (*Cedência 1*) e .67 (*Alteração*).

¹⁸ Os autores sugeriram a contagem da *Alteração* para todas as respostas, em vez de somente para as que diziam respeito às questões sugestivas.

¹⁹ Alfa de Cronbach de .71 (*Alteração*).

²⁰ Alfa de Cronbach de .74 (*Cedência 1*), .76 (*Cedência 2*) e .58 (*Alteração*).

²¹ Estes resultados são similares aos valores reportados por Polczyk (2005), na adaptação polaca da escala: alfa de Cronbach de .68 (*Cedência 1*), .71 (*Cedência 2*), .63 (*Alteração*) e .71 (*Sugestionabilidade Total*).

²² Alfa de Cronbach de .67 (*Cedência 1*), .71 (*Cedência 2*), .37 (*Alteração*) e .56 (*Sugestionabilidade Total*). Analisando os valores de alfa para a GSS1

Pires et al. (2013). Devido à memorização da história, o cálculo da estabilidade temporal não faz sentido, pelo que se calcula a consistência temporal recorrendo a uma comparação entre o desempenho do mesmo indivíduo nas duas versões da escala. Estas mostram-se significativamente correlacionadas (Gudjonsson, 1997). O acordo inter-avaliadores, favorecido pela existência de instruções de cotação detalhadas, é também elevado, tendo valores entre .989 e .996 para as medidas de sugestionabilidade (Gudjonsson, 1997).

3.2. Matrizes Progressivas de Raven

Segundo Raven, Court e Raven (1996), o teste das Matrizes foi construído para avaliar a componente dedutiva do factor “g”. De acordo com Spearman (1904) este seria um factor de inteligência geral, subjacente a todas as actividades intelectuais (Schelini, 2006). A capacidade dedutiva permite ao indivíduo compreender, identificar relações e pensar com clareza e, salvo excepções, deve ser avaliada sem pressões temporais (Raven et al., 1996). Nas Matrizes Progressivas Estandarizadas de Raven (MPER) apresentam-se ao indivíduo 60 problemas organizados em cinco séries de dificuldade progressiva, que abrangem todo o domínio de desenvolvimento intelectual (Raven et al., 1996). Os problemas são apresentados sob a forma de *puzzles*, aos quais falta uma peça, e o indivíduo tem de seleccionar a opção correcta de um conjunto de peças possíveis. A cotação final, de um ponto por problema resolvido correctamente, pode ser convertida em percentis. As MPER têm sido estandarizadas em larga escala e para diversas amostras desde a década de 1930, sendo o teste extremamente consistente para amplos leques culturais, socio-económicos e étnicos (Raven et al., 1996). Relativamente à fiabilidade do teste, reportam-se mais de quarenta estudos (Raven et al., 1996). O teste apresenta boa estabilidade temporal e os coeficientes de consistência interna

separadamente, por grupo de controlo e experimental, denotam-se valores ligeiramente mais altos no grupo de controlo [.70 (*Cedência 1*), .79 (*Cedência 2*), .48 (*Alteração*) e .62 (*Sugestionabilidade Total*)] e mais baixos no experimental [.65 (*Cedência 1*), .65 (*Cedência 2*), .29 (*Alteração*) e .51 (*Sugestionabilidade Total*)]. Estes valores podem ser considerados inaceitáveis ou aceitáveis, dependendo dos critérios recomendados por diferentes autores (cf. Maroco & Garcia-Marques, 2006). Assim sendo, reserva-se alguma precaução na leitura dos resultados do presente estudo.

de bipartição obtidos, na maior parte dos estudos revistos por Raven et al. (1996), excedem .90 (valor modal de .91). As normas portuguesas no manual das MPER dizem respeito a uma amostra de “orientação e selecção”²³, com recolha de dados na versão “papel e lápis”, cuja distribuição de resultados é aproximadamente normal (Kolmogorov-Smirnov $Z = 1.96$; $p < .001$) (Raven et al., 1996).

3.3. Escala de Auto-Conceito de Piers-Harris 2

A escala de auto-conceito de Piers-Harris (versão reduzida) (Piers & Herzberg, 2002) é um instrumento multidimensional de avaliação do auto-conceito para adolescentes, largamente aceite e utilizado, desde a sua primeira versão (Piers & Harris, 1964) nas áreas de investigação, educação e clínica (Veiga, 2006). É composto de 60 questões, de formato dicotómico, que avaliam seis facetas do constructo. Aplicável dos 8 aos 18 anos, a versão portuguesa, validada por Veiga (2006), obteve resultados semelhantes aos do instrumento original (versão reduzida), incluindo um nível de consistência interna de .90 no factor geral (para a amostra total) e validade externa elevada, na comparação com outra escala de auto-conceito (*Self Concept as a Learner Scale*; Waetjen, 1967 como citado em Veiga, 2006).

3.4. Escala de Ansiedade Manifesta para Crianças e Adolescentes

A Escala de Ansiedade Manifesta para Crianças (CMAS), originalmente construída por Castaneda, McCandless e Palermo (1956) para estudo da ansiedade em crianças, foi revista (R-CMAS) por Reynolds e Richmond (1978), e tem sido muito utilizada para propósitos clínicos e de investigação, na área da ansiedade. A R-CMAS consiste num questionário de 37 perguntas dicotómicas, que são cotadas em duas dimensões: Ansiedade global (A) e Mentira ou desejabilidade social (M). Acerca do instrumento original, Fonseca (1992) reporta boa fidelidade, validade e uma estrutura factorial que inclui duas dimensões de ansiedade e uma de desejabilidade social. A adaptação portuguesa da escala, por Fonseca (1992), em consonância com o instrumento original, revelou boa consistência interna (alfa de

²³ Refere-se ao contexto escolar.

Cronbach = .78), fidelidade teste-reteste ($r(20) = .68$) e validade discriminante e concorrente, e resultou na identificação de dois factores (ansiedade global e desejabilidade social).

3.5. Pesquisa de Símbolos da Escala de Inteligência de Wechsler para Crianças III

O teste de Pesquisa de Símbolos é um subteste da Escala de Inteligência de Wechsler para Crianças (WISC-III; Wechsler, 1991; versão portuguesa de Cegoc, 2003), que pertence à avaliação da velocidade de processamento. Este teste implica o uso de capacidades de atenção e memória de trabalho (visuais), organização perceptiva e coordenação visuomotora. O sujeito visualiza, em cada linha, dois símbolos, que deve procurar num conjunto maior de símbolos em frente, e caso algum dos dois apareça, assinalar “Sim”, caso contrário, “Não”. Este teste foi aplicado para preencher breves minutos e completar o intervalo de evocação da GSS1, pelo que os seus resultados não serão contemplados na análise estatística.

3.6. Programas de estatística

Para construção de base de dados e análise dos mesmos utilizou-se o *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS, versão 22.0) e, para análises complementares *a posteriori*, o programa *GPower* (versão 3.1; Faul, Erdfelder, Buchner, & Lang, 2009).

IV – Resultados

1. Comparação dos desempenhos entre grupo de controlo e grupo experimental

Da Tabela 3 constam as medidas de tendência central (média) e dispersão (desvio-padrão), dos resultados de ambos os grupos na GSS1.

Tabela 3. Médias e desvios-padrão dos resultados nas medidas de SI da GSS1

	Grupo de controlo		Grupo experimental	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Cedência 1	5.31	2.71	5.50	2.62
Cedência 2	7.56	3.48	7.17	3.51
Alteração	5.00	3.23	4.53	2.54
Sugestionabilidade Total	10.31	4.68	10.17	4.33

Sugestionabilidade interrogativa e efeito da manipulação da fonte de feedback negativo na GSS1: um estudo com adolescentes

A análise comparativa destes resultados, realizada através da aplicação do teste *t* de *Student*, não revela diferenças estatisticamente significativas²⁴ entre as médias dos dois grupos para *Cedência 1* [$t(70) = -.31, p = .758$], *Cedência 2* [$t(70) = .47, p = .638$], *Alteração* [$t(70) = -.69, p = .492$] e *Sugestionabilidade Total* [$t(70) = .13, p = .896$].

2. Comparação dos desempenhos entre rapazes e raparigas na GSS1

A título exploratório propusemo-nos averiguar se seriam observáveis diferenças estatisticamente significativas, relacionadas com o género²⁵, no desempenho na GSS1.

Não se registaram quaisquer diferenças significativas no desempenho de rapazes e raparigas, nem para as medidas de Evocação, nem para as de Sugestionabilidade: *Cedência 1* [$t(70) = .22, p = .826$], *Cedência 2* [$t(64.56) = .47, p = .638$], *Alteração* [$t(70) = .86, p = .396$], e *Sugestionabilidade Total* [$t(70) = .76, p = .449$]. A Tabela 4 contém a média e desvio-padrão dos resultados dos participantes na GSS1, comparados por género.

²⁴ Efectuou-se o cálculo a magnitude do efeito, para cada medida de SI, com recurso à fórmula *d* de Cohen (cf. Conboy, 2003), que resultou em: $d_{Cedência 1} = .07$; $d_{Cedência 2} = .11$; $d_{Alteração} = .16$; $d_{Sugestionabilidade Total} = .03$. De seguida, utilizou-se ao programa *GPower* versão 3.1 (Faul et al., 2009) para analisar, *a posteriori*, o poder obtido com o teste *t-Student*, que se esperava baixo, uma vez que estava associado a resultados não significativos (cf. O’Keefe, 2007). Com $\alpha = .05$ e teste bicaudal, constatou-se que o poder obtido (1- β) para cada medida foi de 6% (*Cedência 1*), 7% (*Cedência 2*), 10% (*Alteração*) e 5% (*Sugestionabilidade Total*). Uma vez que não dispomos de estudos prévios equiparáveis, optámos por utilizar o programa *GPower* para avaliar o poder de teste em detectar efeitos de tamanhos hipotéticos. Supondo, na população, um tamanho do efeito pequeno ($d_{Pop} = .2$), a existirem as diferenças nas medidas de SI, entre os grupos de Controlo e Experimental, teríamos um poder de teste, para as detectar, de 13%. Supondo um efeito médio ($d_{Pop} = .5$) teríamos um poder de 55%; e supondo um efeito grande ($d_{Pop} = .8$), um poder de 92%. Ainda utilizando o *GPower*, averiguou-se o tamanho amostral necessário para que, aumentando o poder de teste para 95%, a existir as diferenças, nas medidas de SI, entre os grupos de controlo e experimental, estas alcançassem um nível de significância estatística (valor $p < \alpha$). Supondo, na população, um tamanho do efeito pequeno ($d_{Pop} = .2$) a amostra total teria de ser composta de 1302 sujeitos ($N_C = N_E = 651$); um tamanho médio ($d_{Pop} = .5$), corresponderia a 210 sujeitos ($N_C = N_E = 105$); um tamanho grande ($d_{Pop} = .8$), corresponderia a 84 sujeitos ($N_C = N_E = 42$).

²⁵ Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre o grupo de participantes do sexo feminino e masculino, no que respeita à idade [$t(70) = -.26, p = .795$] e ao ano de escolaridade frequentado [$\chi^2(2, N = 72) = .08, p = .961$]. Relativamente às restantes variáveis, rapazes e raparigas apenas diferiram significativamente quanto à ansiedade manifesta [$t(63,47) = -4,052, p < .001$], mais elevada entre as raparigas.

Tabela 4. Médias e desvios-padrão dos resultados nas medidas de SI da GSS1

	Rapazes		Raparigas	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Cedência 1	5.47	2.79	5.33	2.54
Cedência 2	7.56	3.97	7.17	2.94
Alteração	5.06	3.00	4.47	2.78
Sugestionabilidade Total	10.64	4.82	9.83	4.14

3. Análise das correlações

Uma vez que os grupos não diferem significativamente em nenhuma das variáveis contempladas nas hipóteses deste estudo, para analisar a existência de associações entre essas variáveis e as medidas de SI, efectuou-se o cálculo do coeficiente de correlação de *Pearson* com a amostra total. Os coeficientes e respectiva significância são expostos nas Tabelas 5 e 6.

Tabela 5. Correlações Produto-Momento de Pearson para a amostra total no que diz respeito à *Sugestionabilidade Total*

	Sugestionabilidade Total	
	<i>r</i>	<i>p</i>
Memória	-.19	.113
Inteligência não-verbal	-.10	.389
Ansiedade manifesta	.08	.508
Desejabilidade Social	.29*	.012
Auto-conceito	-.03	.820

* A correlação é significativa a um nível de significância de .05

No que respeita à *Sugestionabilidade Total*, apenas se verificou uma correlação estatisticamente significativa, de magnitude pequena, com o grau de desejabilidade social dos sujeitos.

Tabela 6. Correlações Produto-Momento de Pearson para a amostra total considerando *Cedência 1*, *2* e *Alteração*

	Cedência 1		Cedência 2		Alteração	
	<i>r</i>	<i>p</i>	<i>r</i>	<i>p</i>	<i>R</i>	<i>p</i>
Memória	-.33**	.005	-.20	.096	.03	.808
Inteligência não-verbal	-.14	.241	-.14	.237	-.01	.928
Ansiedade manifesta	.13	.270	.05	.653	-.02	.873
Desejabilidade Social	.28*	.019	.24*	.045	.19	.102
Auto-conceito	-.04	.725	.02	.848	.04	.972

* A correlação é significativa a um nível de significância de .05

** A correlação é significativa a um nível de significância de .01

Sugestionabilidade interrogativa e efeito da manipulação da fonte de feedback negativo na GSS1: um estudo com adolescentes

Em relação às restantes medidas da GSS1, verificaram-se as seguintes correlações estatisticamente significativas: negativa (de magnitude média) entre o grau de memória e *Cedência 1*; e positivas (magnitude pequena) entre o grau de desejabilidade social e *Cedência 1 e 2*.

V – Discussão

A população adolescente, incluindo a não forense, pode entrar em contacto com o sistema legal, no âmbito de processos de promoção e protecção, tutelares educativos, de inquérito, criminais, ou outros. Os jovens podem ser chamados a responder acerca de eventos enquanto testemunhas, presumíveis vítimas ou agressores, sem que exista um método estandardizado estabelecido para avaliação da sua vulnerabilidade à pressão interrogativa ou às questões sugestivas. A possibilidade de recurso a um instrumento de avaliação da SI como a GSS1, com dados normativos para diferentes populações, poderia melhorar a resposta da Psicologia Forense às necessidades do sistema judicial na área da credibilidade do testemunho.

O presente estudo procurou contribuir para a investigação de formas cada vez mais válidas de avaliação da SI, a qual não é ainda prática estabelecida no nosso país. Primeiramente, procurou-se explorar a viabilidade da criação de uma versão computadorizada da GSS1, avaliando a eficácia da transmissão do *feedback* negativo quando proveniente de uma fonte informática. Em segundo lugar, procurou-se contribuir para o estudo da SI, como medida pela GSS1, em adolescentes. A escolha desta amostra foi motivada pela existência de uma lacuna na investigação do fenómeno na adolescência – principalmente, em amostras não forenses – e também por esta geração se ter vindo a desenvolver com maior proximidade e domínio dos meios digitais tecnológicos, podendo, portanto, interagir com estes, e perceberá-los, de forma particular. Paralelamente, procurou-se investigar a interação de outras variáveis – nomeadamente género, inteligência não-verbal, memória, auto-conceito, ansiedade e desejabilidade social – com a SI.

No sentido de cumprir o primeiro objectivo, a manipulação experimental, quanto à comunicação do *feedback* negativo, foi introduzida dizendo aos sujeitos do grupo experimental que a verificação das suas respostas às perguntas da GSS1 foi feita por um programa informático. No grupo de controlo, de acordo com o procedimento original da GSS1, esta

Sugestionabilidade interrogativa e efeito da manipulação da fonte de *feedback* negativo na GSS1: um estudo com adolescentes

verificação foi atribuída ao avaliador. A análise comparativa (teste *t* de *Student*) dos desempenhos de ambos os grupos de controlo e experimental, complementada pela análise do poder *a posteriori*, não revelou diferenças estatisticamente significativas, ao nível de nenhuma das medidas de SI disponibilizadas pela GSS1, corroborando a primeira hipótese por nós formulada. Estes resultados indicam que, em princípio, a transmissão do *feedback* negativo por uma fonte informática, não deve alterar os níveis de SI do indivíduo. Assim sendo, perspectiva-se que, no que à pressão interrogativa diz respeito, mesmo numa população particularmente sensível a ela (Gudjonsson, 2003), a utilização de uma versão computadorizada da Escala seja válida.

De acordo com a nossa formulação prévia, não esperávamos encontrar diferenças de SI significativas entre os dois grupos. Contudo, a análise de resultados não significativos estatisticamente acarreta algumas particularidades. O facto de não termos encontrado diferenças significativas, não nos permite afirmar que a hipótese nula é verdadeira, mas apenas que não a devemos descartar, pois um resultado não significativo pode ocorrer, mesmo quando, na população, existe um efeito diferente de zero (O'Keefe, 2007). As análises realizadas com recurso ao *GPower* permitiram-nos complementar os resultados obtidos no SPSS, ao averiguarmos até que ponto teríamos tido poder de teste suficiente para detectar (caso existissem na população) efeitos diferentes de zero. Se na população existissem efeitos grandes teríamos poder de teste para os detectar nesta amostra, o que nos dá relativa confiança de que estes não existam. Já quanto à possibilidade de existirem efeitos de magnitudes intermédia ou pequena, com o tamanho da amostra de que dispusemos ($N = 72$), é possível que não os tenhamos detectado. Isto justifica a necessidade de se realizarem mais investigações na área, com amostras maiores que, de acordo com as análises *a posteriori* efetuadas, deveriam incluir cerca de 210 ou 1302 participantes, respetivamente, para um tamanho de efeito médio ou pequeno. Dado o facto de a GSS ser um instrumento de aplicação relativamente morosa e delicada, que torna difícil a recolha de grandes amostras, deixamos a sugestão da realização de investigações em parceria, i.e., com mais que um avaliador treinado e em mais que um local.

A segunda hipótese formulada diz respeito à associação entre SI e

inteligência não-verbal e pode considerar-se corroborada. De acordo com Gudjonsson (2003), os resultados que mais contribuem para as correlações encontradas entre a SI e a inteligência dizem respeito à inclusão nos estudos de indivíduos com inteligência abaixo da média, deixando estas correlações de ser significativas para indivíduos de inteligência média ou superior. Foi devido ao conhecimento da natureza desta relação, e para prevenir que pudesse contaminar os resultados obtidos na GSS1, que excluímos da amostra os sujeitos que pontuaram abaixo do percentil 25 na prova de inteligência não-verbal aplicada (MPER) Assim sendo, a não observação de correlação entre os resultados destas provas era esperada e desejável para garantir a validade do estudo. Confirma-se, assim, o interesse de – para melhor compreensão da interacção específica dos níveis baixos de inteligência com a SI – em estudos futuros, se avaliar a SI em grupos com dificuldades intelectuais.

A terceira hipótese deste estudo pode considerada parcialmente corroborada. Em ambos os grupos estudados, a memória (resultado *Evocação imediata*) apenas se mostrou correlacionada negativa e significativamente com um tipo de SI, *Cedência 1*, i.e., a tendência para, num primeiro momento do interrogatório, ceder à informação sugestiva. Em vários estudos (e.g., Gudjonsson, 1983; 1988; Gudjonsson & Clare, 1995) sobre este assunto, a memória apresenta correlações negativas com todas as medidas de SI, pelo que tínhamos expectativas de encontrar resultados idênticos. Pode suceder que, no primeiro momento em que o indivíduo se vê confrontado com questões sugestivas, esteja menos atento a discrepâncias na informação. Subsequentemente, quando lhe é dito que cometeu alguns erros e se repetem as perguntas, é possível que se esforce mais por prestar atenção às questões e recorrer à sua recordação da história, de tal modo que isso possa retirar força à relação entre a pontuação obtida no primeiro registo de evocação e as medidas de SI após o *feedback* negativo. O facto de os sujeitos serem adolescentes a realizar esta tarefa num contexto escolar, sob a convicção de se tratar de um teste de memória, poderá também ter contribuído, mais do que a capacidade de memória, para um aumento nas expectativas de sucesso (descritas por Gudjonsson, 2003, resumidamente, como uma sensação de dever acertar as respostas), após lhes ser dito que cometeram alguns erros. Ainda, considerando que Gudjonsson (1988b) encontrou uma correlação de

magnitude maior, para os participantes "normais", entre a SI e níveis baixos (comparativamente a médios) de memória, o facto de termos utilizado como critério de exclusão uma pontuação menor que 7,25 pontos (ver nota de rodapé 15), em *Evocação Imediata*, pode ter também impedido a manifestação de uma maior ligação entre memória e SI.

A quarta hipótese, relativa à relação negativa entre auto-conceito e SI, não se pode considerar corroborada. À semelhança de outros estudos (Castro, 2015; Drake et al., 2008; Silva, 2011), não encontramos qualquer associação significativa na amostra do nosso estudo, entre o grau de auto-conceito dos sujeitos e as medidas de SI na GSS1. Empiricamente, um baixo auto-conceito, ou fraca percepção de si mesmo, tem-se revelado associado a uma percepção do avaliador como mais competente e a níveis mais elevados de SI (mais frequentemente, com os resultados *Alteração* e *Sugestionabilidade Total*) (Gudjonsson & Lister, 1984; Singh & Gudjonsson, 1984). Contudo, tal como referimos no enquadramento teórico, dada o recurso a questionários diferentes para medição do auto-conceito ou auto-estima, e dada a análise da questão em amostras bastante específicas da população, i.e., pouco generalizáveis, é possível que, contrariamente ao que esperávamos, entre adolescentes, a percepção que o indivíduo tem de si próprio não tenha uma influência significativa no desempenho na GSS1. Seria interessante, em investigações futuras, avaliar também a percepção que o adolescente tem do entrevistador para se poder verificar se esta terá uma relação mais importante com a SI. Outra explicação possível para as correlações entre SI e auto-conceito não serem observáveis, poderia ser a da falta de poder do questionário para avaliar o constructo, o que não nos parece razoável, dadas as qualidades psicométricas do PHSCS-2. Por outro lado, Hooper et al. (2016) apontam que a falta de uniformidade na definição da auto-estima prejudica a sua medição, pelo que admitimos a possibilidade de que nem sempre a equiparação dos termos auto-estima e auto-conceito resulte em inferências correctas. Contudo, visto não existir uma escala validada para a população portuguesa especificamente para a avaliação da auto-estima, não tivemos forma de contornar esta questão.

A quarta hipótese pode considerar-se corroborada, na medida em que foram encontradas correlações significativas positivas para a amostra total, entre desejabilidade social, *Cedência 1, 2* e *Sugestionabilidade Total*, apenas

não se verificando uma associação significativa com *Alteração*. Na revisão teórica do tema, reportámos correlações de tamanho médio e pequeno. No presente estudo, registamos correlações de magnitude pequena, mas dentro do esperado. Em vários estudos, encontram-se diferentes correlações com as várias medidas de SI, mas nem sempre com todas elas (e.g., Richardson & Kelly, 2004; Polczyk, 2005). Nomeadamente, Gudjonsson (1983) reportou resultados semelhantes ao do nosso estudo. Uma vez que os níveis de desajabilidade social se mostram positivamente correlacionados com *Cedência* nos dois momentos de interrogatório, podemos inferir que quanto maior a desajabilidade social – ou seja, a tendência para querer transmitir uma imagem positiva de si – maior a inclinação para ceder às questões sugestivas. Quando confrontado com as perguntas do interrogatório, o sujeito pode comportar-se de forma aquiescente, ou seja, responder positivamente ao conteúdo da questão (Cronbach, 1946) e as questões com conteúdo sugestivo da GSS1 encontram-se formuladas para que a resposta aquiescente pontue para *Cedência 1* e *2*. De acordo com Finlay e Lyons (2001, como citado em Gudjonsson, 2003), a aquiescência pode associar-se a traços de submissão e vontade de agradar. Além disso, Gudjonsson (2003) reporta uma associação entre aquiescência e aceitação de informação sugestiva (utilizando medidas semelhantes a *Cedência 1*). Assim, os sujeitos que se sentissem mais inclinados para agradar ao entrevistador, poderiam mais facilmente dar respostas positivas, que pontuam no sentido da *Cedência* nos dois momentos, e, assim sendo, não têm de interferir, necessariamente, no nível do resultado *Alteração* das respostas. Podemos, portanto, supor que o facto de não ser observável uma associação entre os níveis de desajabilidade social e de *Alteração* se dever à desajabilidade social estar associada à vontade de agradar, que resulta em maior aquiescência do que atenção às questões em ambos os momentos de interrogatório.

Relativamente à associação entre a ansiedade e a SI, uma vez que os resultados não são unívocos, não foi previamente estabelecida uma hipótese. O nosso estudo visou contribuir para o esclarecimento do fenómeno, e indica que a ansiedade traço não se associa a maiores níveis de SI, indo assim ao encontro da revisão que Gudjonsson (2003) faz sobre o tema. No futuro seria útil continuar a investigar-se este tema, possivelmente utilizando

questionários de ansiedade estado, antes e depois da aplicação da GSS1. Além disso, seria vantajoso poder colocar aos sujeitos algumas questões acerca de como se sentiram durante a prova, como perceberam a interação interpessoal aquando do *feedback* negativo e, possivelmente, o grau de desconforto que esse momento lhes provocou – o que não foi possível neste estudo, devido a limitações de tempo.

A falta de investigação acerca do impacto das diferenças de género na SI, medida pelas GSS, levou-nos ainda a analisar comparativamente o desempenho de rapazes e raparigas, na GSS1. Em geral, parece haver uma tendência, não significativa, para níveis de SI ligeiramente maiores entre as mulheres (Gudjonsson, 2003), tendência esta também reportada numa amostra de pré-adolescentes por Caliccia e Santostefano (2004). Redlich (1999 como citado em Gudjonsson, 2003) encontrou, contudo, uma tendência contrária significativa (entre jovens dos 12 aos 26 anos e em todas as medidas da SI (versão da GSS não especificada), que atribuiu possivelmente ao melhor desempenho mnésico das raparigas. Tendo em conta a imprevisibilidade do resultado desta análise e a hipótese explicativa de Redlich para os seus resultados, procedemos não só à comparação das pontuações de SI de rapazes e de raparigas, como às de Evocação, não encontrando resultados significativamente diferenciados em nenhuma delas. Em relação às características de cada grupo, os rapazes revelaram-se significativamente menos ansiosos do que as raparigas²⁶. A existência desta diferença entre os dois grupos *per si*, não induz a uma explicação teórica de causa efeito, que justifique a influência da diferença de ansiedade-traço, na não observação de diferenças na SI entre rapazes e raparigas. De notar, ainda, que as pontuações de ansiedade não se revelaram associadas às de SI (correlações de *Pearson* não significativas para a amostra total, sexos masculino e feminino). Assim sendo, esta diferença não interfere com a nossa interpretação dos resultados. Portanto, no que ao desempenho dos adolescentes na GSS1 diz respeito, parecem não haver quaisquer diferenças de género observáveis, pelo menos

²⁶ Ao comparar os resultados obtidos com os respectivos intervalos normativos para R-CMAS, tanto rapazes como raparigas se autoreportaram como pouco ansiosos, havendo um maior afastamento do resultados normativos entre os rapazes ($d_{\text{rapazes}} = -.84$; $d_{\text{raparigas}} = -.40$).

em amostras desta dimensão. Posto isto, ainda que não atingindo o limiar de significância estatística, os rapazes mostraram-se mais vulneráveis, em média e em todas as medidas de SI, do que as raparigas, o que contraria a tendência reportada por Gudjonsson (2003), indo de encontro aos resultados obtidos por Redlich (1999 como citado em Gudjonsson, 2003), e incentiva à necessidade de mais investigação sobre o assunto, diferenciadamente em faixas etárias diversas, para que se possa esclarecer esta questão e estabelecer dados normativos adequados.

Resumidamente, os resultados encontrados no presente estudo corroboram a validade da utilização de um programa informático para a transmissão do *feedback* negativo da GSS1 e, portanto, contribuem para o esclarecimento inicial de um aspecto importante quanto à viabilidade da utilização de uma versão computadorizada desta escala, com vista à diminuição do efeito do entrevistador. Contribuem também para o melhor conhecimento do fenómeno da SI na adolescência, revelando especialmente a necessidade de avaliação da desejabilidade social aquando da avaliação da SI, e vincando a necessidade de aprofundar o estudo da sua interacção com variáveis como a memória, a inteligência ou o auto-conceito. Como limitações deste trabalho, reconhecemos os constrangimentos temporais da investigação – que não permitiram recolher a opinião dos indivíduos relativamente à sua experiência durante a resposta à GSS1; e o tamanho amostral reduzido para a detecção de determinadas magnitudes do efeito e os níveis de consistência interna obtidos (um pouco abaixo do esperado) – que induzem a uma precaução adicional na leitura dos resultados e interpretações formuladas. No futuro seria interessante avançar com a construção de uma versão completamente computadorizada da escala, que permitisse ao investigador maior autonomia de trabalho, e eventualmente a aplicação desta escala a mais do que um indivíduo simultaneamente, permitindo assim a recolha de amostras maiores. Igualmente proveitoso, poderia ser explorar a utilização da GSS1 (original e computadorizada) sem intervalo de evocação, de modo a permitir a recolha de amostras de maior dimensão e comparativas, entre a versão original e a versão computadorizada da escala. Isto abriria também a possibilidade de poder, num momento independente ao da investigação, aplicar mais questionários de auto-resposta, relacionados com outras variáveis, a que o indivíduo pudesse

responder com relativa autonomia.

VI – Conclusões

O principal propósito deste estudo foi averiguar se a utilização de um programa informático como fonte do *feedback* negativo, durante a aplicação da GSS1, daria resultados idênticos ao procedimento original. Além disso explorou-se a natureza da SI numa faixa específica da população geral, a adolescente, e a sua relação com as seguintes variáveis: género, inteligência não-verbal, memória, auto-conceito e desejabilidade social. Tendo em conta relação de maior proximidade dos adolescentes com os meios informáticos, considerou-se a hipótese de que não se encontrassem diferenças significativas entre a adopção do procedimento original e a computadorização de uma parte do processo de aplicação da GSS1.

Os resultados obtidos apoiam a hipótese inicial de que não seriam observáveis diferenças significativas entre os grupos de controlo e experimental, pelo que abonam em favor da validade da construção de uma versão computadorizada da GSS1, e parecem alinhar-se com a interpretação de que o computador, enquanto entidade que emite uma mensagem ao sujeito adolescente, pode estabelecer pressão interrogativa tão eficazmente como um entrevistador humano. Foi também corroborada a existência de correlações positivas de pequena magnitude entre a desejabilidade social e a SI, que reforçam a necessidade da recolha de dados normativos para a GSS1 tendo em conta o grau de desejabilidade social dos sujeitos. De realçar que, em contexto avaliação psicológica forense, os níveis de desejabilidade social têm geralmente tendência a ser mais elevados (Oliveira, 2013), pelo que, em amostras forenses, este efeito pode ter maior magnitude e necessitar de ainda maior consideração no contexto prático de avaliação psicológica. Não foram encontradas correlações significativas com mais nenhuma das variáveis à excepção da memória (com *Cedência I*), e não foram encontradas quaisquer diferenças no desempenho na GSS1 entre rapazes e raparigas.

Da interpretação destes resultados destaca-se a necessidade de recolha de amostras maiores e mais diversas, para que se possa ter mais confiança em relação aos valores, associações e diferenças observados. Nomeadamente, seria interessante no futuro explorar novos *designs* experimentais, que permitissem a) comparar os níveis de SI, consoante diferentes níveis de

inteligência e memória; b) averiguar possíveis manifestações de diferenças de género, na SI, em diferentes faixas etárias; c) analisar o auto-conceito, conjuntamente com a percepção do sujeito em relação ao investigador; e d) questionar o sujeito, após a experiência, sobre os níveis de ansiedade e desconforto que experienciou, especialmente no momento do *feedback* negativo.

Tendo em conta as características da GSS1, a sua aplicação em contexto de investigação implica grande disponibilidade do avaliador (e também dos participantes). Um aspecto adicional da escala que dificulta a sua administração em larga escala é que, para sucesso da investigação, convém que os sujeitos não percebam o seu propósito e que não o comuniquem a outros. Para poder explorar amplamente, e com confiança nos resultados encontrados, os problemas em torno da SI que sugerimos, é importante contemplar a possibilidade de aplicação da GSS1 a mais que um indivíduo em simultâneo e em mais que um local ou instituição (para evitar que comuniquem entre si). Para tal, poderia ser útil a investigação em parceria (múltiplos avaliadores, múltiplos locais de recolha) e uma recolha intensiva e delimitada no tempo para cada local. A construção e teste de uma versão completamente computadorizada da escala teria o potencial de, não só eliminar o efeito do experimentador na GSS1, como facilitar bastante a recolha de amostras de grande dimensão.

Bibliografia

- Albuquerque, P., & Santos, J. (1999). "Jura dizer a verdade?...": Traições e fidelidades dos processos mnésicos. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 259-268.
- Bain, S. A., Baxter, J. S., & Fellowes, V. (2004). Interacting influences on interrogative suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, 9(2), 239-252. doi:10.1348/1355325041719419
- Baxter, J. S., & Boon, J. C. (2000). Interrogative suggestibility: The importance of being earnest. *Personality and Individual Differences*, 28(4), 753-762. doi:10.1016/S0191-8869(99)00136-1
- Baxter, J. S., Boon, J. C., & Marley, C. (2006). Interrogative pressure and responses to minimally leading questions. *Personality and Individual Differences*, 40(1), 87-98. doi: 10.1016/j.paid.2005.06.017
- Baxter, J. S., Jackson, M., & Bain, S. A. (2003). Interrogative suggestibility: Interactions between interviewees' self-esteem and interviewer style. *Personality and Individual Differences*, 35(6), 1285-1292. doi:10.1016/S0191-8869(02)00349-5
- Benton, A. L., & Bandura, A. (1953). "Primary" and "secondary" suggestibility. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 48(3), 336.
- Berger, M. A. (2008). Research on eyewitness testimony and false confessions. In E. Borgida & S. T. Fiske (Eds.), *Beyond common sense: Psychological science in the courtroom* (pp. 315-326). Oxford: Blackwell.
- Blackburn, R. (2006). Relações entre Psicologia e Direito. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. T. Simões, & M. S. Pinho (Eds.), *Psicologia forense* (pp. 25-49). Coimbra: Almedina.
- Boon, J. C., & Baxter, J. S. (2000). Minimizing interrogative suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, 5(2), 273-284. doi:10.1348/135532500168137
- Boon, J. C., & Baxter, J. S. (2004). Minimizing extraneous, interviewer-based interrogative suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, 9(2), 229-238. doi:10.1348/1355325041719400
- Borges, A. I., Manso, D. S., Tomé, G., & Matos, M. G. D. (2008). Ansiedade

- e coping em crianças e adolescentes: Diferenças relacionadas com a idade e género. *Análise Psicológica*, 26(4), 551-561. Recuperado de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312008000400002&lng=pt&tlng=pt
- Castaneda, A., McCandless, B. R., & Palermo, D. S. (1956). The children's form of the manifest anxiety scale. *Child Development*, 317-326. doi:10.2307/1126201
- Castro, P. M. (2015). *A influência do pensamento diversivo na sugestionabilidade interrogativa avaliada pela Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson*. (Tese de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10316/28878>
- Conboy, J. E. (2012). Algumas medidas típicas univariadas da magnitude do efeito. *Análise Psicológica*, 21(2), 145-158.
- Correia, P. M. (2013). *O papel de uma co-testemunha na sugestionabilidade interrogativa: influência do conhecimento das respostas de um indivíduo considerado credível no desempenho da GSS2*. (Tese de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Costanzo, M., & Leo, R. A. (2007). Research and expert testimony on interrogations and confessions. In M. Costanzo, D. Krauz, & K. Pedzek (Eds.), *Expert psychological testimony for the courts* (pp. 69-98) Nova Jersey: Lawrence. Recuperado de <https://ssrn.com/abstract=1521647>
- Cronbach, L. J. (1946). Response sets and test validity. *Educational and psychological measurement*, 6(4), 475-494. doi:10.1177/001316444600600405
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24(4) 349-354. doi:10.1037/h0047358
- Drake, K. E., Bull, R., & Boon, J. C. (2008). Interrogative suggestibility, self-esteem, and the influence of negative life-events. *Legal and Criminological Psychology*, 13(2), 299-307. doi:10.1348/135532507X209981
- Drake, K. E. (2009). *The psychology of interrogative suggestibility*.

- (Dissertação de Doutoramento). University of Leicester, Leicester, Reino Unido. Recuperado de <http://hdl.handle.net/2381/7992>
- Drake, K. E. (2014). The role of trait anxiety in the association between the reporting of negative life events and interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences, 60*, 54-59. doi:10.1016/j.paid.2013.12.018
- Drizin, S. A., & Leo, R. A. (2003). The problem of false confessions in the post-DNA world. *North Carolina Law Review, 82*, 891. Recuperado de <http://heinonline.org/HOL>
- Eisen, M. L., Morgan, D. Y., & Mickes, L. (2002). Individual differences in eyewitness memory and suggestibility: Examining relations between acquiescence, dissociation and resistance to misleading information. *Personality and Individual Differences, 33*(4), 553-571. doi:10.1016/S0191-8869(01)00172-6
- Eysenck, H. J., & Eysenck, S. B. G. (1975). *Manual of the Eysenck Personality Questionnaire (junior and adult)*. London: Hodder and Stoughton.
- Faul, F., Erdfelder, E., Buchner, A., & Lang, A.-G. (2009). Statistical power analyses using G*Power 3.1: Tests for correlation and regression analyses. *Behavior Research Methods, 41*, 1149-1160. Recuperado de <http://www.gpower.hhu.de/en.html>
- Fonseca, A. C. (1992) Uma escala de ansiedade para crianças e adolescentes: O que eu penso e o que eu sinto. *Revista Portuguesa de Pedagogia, 1*(XXVI), 141-155.
- Fonseca, A. C. (2006). Psicologia Forense: uma breve introdução. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. T. Simões, & M. S. Pinho (Eds.), *Psicologia forense* (pp. 3-23). Coimbra: Almedina.
- Garrett, B. L. (2008). Judging innocence. *Columbia Law Review, 108*(1), 55-142.
- Gorassini, D. R., Harris, J. A., Diamond, A., & Flynn-Dastoor, E. (2006). Computer assessment of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences, 40*(3), 569-577. doi:10.1016/j.paid.2005.08.003
- Grisso, T., Steinberg, L., Woolard, J., Cauffman, E., Scott, E., Graham, S.,

- Lexcen F., Reppucci N. D., & Schwartz, R. (2003). Juveniles' competence to stand trial: a comparison of adolescents' and adults' capacities as trial defendants. *Law and Human Behavior*, 27(4), 333.
- Gudjonsson, G. H. (1983). Suggestibility, intelligence, memory recall and personality: An experimental study. *The British Journal of Psychiatry*, 142(1), 35-37. doi:10.1192/bjp.142.1.35
- Gudjonsson, G. H. (1984). A new scale of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 5(3), 303-314. doi:10.1016/0191-8869(84)90069-2
- Gudjonsson, G. H. (1987). A parallel form of the Gudjonsson Suggestibility Scale. *British Journal of Clinical Psychology*, 26(3), 215-221. doi:10.1111/j.2044-8260.1987.tb01348.x
- Gudjonsson, G. H. (1988a). Interrogative suggestibility: Its relationship with assertiveness, social-evaluative anxiety, state anxiety and method of coping. *British Journal of Clinical Psychology*, 27(2), 159-166. doi:10.1111/j.2044-8260.1988.tb00764.x
- Gudjonsson, G. H. (1988b). The relationship of intelligence and memory to interrogative suggestibility: The importance of range effects. *British Journal of Clinical Psychology*, 27(2), 185-187. doi:10.1111/j.2044-8260.1988.tb00772.x
- Gudjonsson, G. H. (1989). Compliance in an interrogative situation: A new scale. *Personality and Individual Differences*, 10(5), 535-540. doi: /10.1016/0191-8869(89)90035-4
- Gudjonsson, G. H. (1990). Self-deception and other-deception in forensic assessment. *Personality and Individual Differences*, 11(3), 219-225. doi:10.1016/0191-8869(90)90235-J
- Gudjonsson, G. H. (1991). The effects of intelligence and memory on group differences in suggestibility and compliance. *Personality and Individual Differences*, 12(5), 503-505. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(91\)90070-R](https://doi.org/10.1016/0191-8869(91)90070-R)
- Gudjonsson, G. H. (1992). Interrogative suggestibility: factor analysis of the Gudjonsson Suggestibility Scale (GSS 2). *Personality and Individual Differences*, 13(4), 479-481. doi: 10.101 6/0191-8869(92)90077-3
- Gudjonsson, G. H. (1997). *The Gudjonsson Suggestibility Scales Manual*.

Hove, Reino Unido: Psychology Press.

- Gudjonsson, G. H. (2003). *The psychology of interrogations and confessions: A handbook*. Chichester, UK: Wiley.
- Gudjonsson, G. H. (2010). The psychology of false confessions: A review of the current evidence. In G. D. Lassiter, & C. A. Meissner (Eds.), *Police interrogations and false confessions* (pp. 31-47). Washington DC, E.U.A.: American Psychology Association.
- Gudjonsson, G. H. (2013). Interrogative suggestibility and compliance. In A. M. Ridley, F. Gabbert, & D. J. La Rooy (2013). *Suggestibility in legal contexts: Psychological research and forensic implications*. Chichester: Wiley & Blackwell.
- Gudjonsson, G. H., & Lister, S. (1984). Interrogative suggestibility and its relationship with self-esteem and control. *Journal of the Forensic Science Society*, 24(2), 99-110. Recuperado de <http://www.academia.edu>
- Gudjonsson, G. H., Rutter, S. C., & Clare, I. C. (1995). The relationship between suggestibility and anxiety among suspects detained at police stations. *Psychological Medicine*, 25(4), 875-878. doi:10.1017/S0033291700035133
- Gudjonsson, G. H., Sigurdsson, J. F., & Sigfusdottir, I. D. (2009). Interrogation and false confessions among adolescents in seven European countries. What background and psychological variables best discriminate between false confessors and non-false confessors?. *Psychology, Crime & Law*, 15(8), 711-728. doi:10.1080/10683160802516257
- Gudjonsson, G. H., & Singh, K. K. (1984). Interrogative suggestibility and delinquent boys: An empirical validation study. *Personality and Individual Differences*, 5(4), 425-430. doi:10.1016/0191-8869(84)90007-2
- Haraldsson, E. (1985). Interrogative suggestibility and its relationship with personality, perceptual defensiveness and extraordinary beliefs. *Personality and Individual Differences*, 6(6), 765-767. doi:10.1016/0191-8869(85)90087-X
- Hooper, V. R., Chou, S., & Browne, K. D. (2016). A systematic review on the

- relationship between self-esteem and interrogative suggestibility. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 27(6), 761-785. doi:10.1080/14789949.2016.1201844
- Inbau, F. E., Reid, J. E., Buckley, J. P., & Jayne, B. C. (2011). *Criminal interrogation and confessions* (5^a ed.). Burlington: Jones & Bartlett Publishers.
- Innocence Project (2017). Innocence Project - About. Recuperado em 14 de Julho de 2017 de <https://www.innocenceproject.org/>
- Jack, F., Leov, J., & Zajac, R. (2014). Age-related differences in the free-recall accounts of child, adolescent, and adult witnesses. *Applied Cognitive Psychology*, 28(1), 30-38. doi:10.1002/acp.2951
- Johnson, M., Raye, C., Mitchell, K., & Ankudowich, E. (2012). The cognitive neuroscience of true and false memories. In R. Belli (Ed.) *True and false recovered memories* (pp. 15-52). New York, E.U.A.: Springer.
- Kassin, S. M., Drizin, S. A., Grisso, T., Gudjonsson, G. H., Leo, R. A., & Redlich, A. D. (2010). Police-induced confessions: Risk factors and recommendations. *Law & Human Behavior*, 34(1), 3-38. doi:10.1007/s10979-009-9188-6
- Kassin, S. M., & Gudjonsson, G. H. (2004). The psychology of confessions: A review of the literature and issues. *Psychological Science In The Public Interest*, 5(2), 33-67. doi:10.1111/j.1529-1006.2004.00016.x
- Laney, C., & Loftus, E. F. (2010). *False memory*. In J. M. Brown & E. A. Campbell (Eds.), *The Cambridge handbook of forensic psychology*, (pp. 187-194). New York: Cambridge University Press.
- Lee, K. (2004). Age, neuropsychological, and social cognitive measures as predictors of individual differences in susceptibility to the misinformation effect. *Applied Cognitive Psychology*, 18(8), 997-1019. doi:10.1002/acp.1075
- Leo, R. A. (2008). *Police interrogation and American justice*. Massachusetts: Harvard University Press. Recuperado de books.google.pt
- Leo, R. A., & Drizin, S. A. (2010). The Tree Errors: Pathways to False Confession and Wrongful Conviction. In G. D. Lassiter, & C. A. Meissner (Eds.), *Police interrogations and false confessions* (pp. 3-30). Washington DC: American Psychology Association.

- Leo, R. A., & Liu, B. (2009). What do potential jurors know about police interrogation techniques and false confessions?. *Behavioral Sciences & the Law*, 27(3), 381-399. doi:10.1002/bsl.872
- Loftus, E. F. (2008). Crimes da memória: memórias falsas e justiça social. In A. C. Fonseca (Ed.). *Psicologia e justiça* (pp. 331-339). Coimbra: Almedina.
- Loftus, E. F., Levidow, B., & Duensing, S. (1992). Who remembers best? Individual differences in memory for events that occurred in a science museum. *Applied Cognitive Psychology*, 6(2), 93-107. doi:10.1002/acp.2350060202
- Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?. *Laboratório de Psicologia*, 65-90. Recuperado de <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/133/1/LP%204%281%29%20-%2065-90.pdf>
- Mastroberardino, S., & Marucci, F. S. (2013). Interrogative suggestibility: Was it just compliance or a genuine false memory?. *Legal and Criminological Psychology*, 18(2), 274-286. doi:10.1111/j.2044-8333.2012.02048.x
- McDowell, I. (2006). *Measuring health: A guide to rating scales and questionnaires*. Oxford: Oxford University Press.
- McLachlan, K., Roesch, R., & Douglas, K. S. (2011). Examining the role of interrogative suggestibility in Miranda rights comprehension in adolescents. *Law and Human Behavior*, 35(3), 165-177. doi:10.1007/s10979-009-9198-4
- McGroarty, A., & Baxter, J. S. (2009). Interviewer behaviour, interviewee self-esteem and response change in simulated forensic interviews. *Personality and Individual Differences*, 47(6), 642-646. doi:10.1111/j.2044-8333.2012.02046.x
- Muris, P., Meesters, C., & Merckelbach, H. (2004). Correlates of the Gudjonsson Suggestibility Scale in delinquent adolescents. *Psychological reports*, 94(1), 264-266. doi:10.2466/pr0.94.1.264-266
- Nadel, L., & Sinnott-Armstrong, W. (2012). Memory in the Legal Context. In L. Nadel, & W. Sinnott-Armstrong (Eds.), *Memory and law*. New York:

Oxford University Press.

- Nurmoja, M., & Bachmann, T. (2008). On the role of trait-related characteristics in interrogative suggestibility: An example from Estonia. *TRAMES: A Journal of the Humanities & Social Sciences*, 12(4).
- Oliveira, J. F. (2013). *Estudos de validação da Escala de Desejabilidade Social-DESCA*. (Tese de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Pallant, J. (2005). *SPSS survival manual*. New South Wales: Allen & Unwin.
- Penajóia, M. S. (2012). *Estudo da sugestibilidade interrogativa em reclusos*. (Tese de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Piers, E. V., & Harris, D. B. (1964). Age and other correlates of self-concept in children. *Journal of Educational Psychology*, 55(2), 91-95. doi:10.1037/h0044453
- Piers, E. V., & Herzberg, D. S. (2002). *Piers-Harris 2: Childrens Self-Concept Scale* (2ª ed.). Recuperado de wpspublish.com
- Pinho, M. S. (2008). Factores que influenciam a memória das testemunhas oculares. In A. C. Fonseca (Ed.). *Psicologia e justiça* (pp. 299-330). Coimbra: Almedina
- Pires, R., Silva, D. R., & Ferreira, A. S. (2013). Portuguese adaptation of the Gudjonsson Suggestibility Scales (GSS1 and GSS2): Empirical findings. *Personality and Individual Differences*, 54(2), 251-255. doi:10.1016/j.paid.2012.09.008
- Powers, P. A., Andriks, J. L., & Loftus, E. F. (1979). Eyewitness accounts of females and males. *Journal of Applied Psychology*, 64(3), 339-347. Recuperado de <http://psycnet.apa.org/record/1980-28073-001>
- Polczyk, R. (2005). Interrogative suggestibility: Cross-cultural stability of psychometric and correlational properties of the Gudjonsson Suggestibility Scales. *Personality and Individual Differences*, 38(1), 177-186. doi:10.1016/j.paid.2004.03.018
- Pollard, R., Trowbridge, B., Slade, P. D., Streissguth, A. P., Laktonen, A., & Townes, B. D. (2004). Interrogative suggestibility in a US context: Some preliminary data on normal subjects. *Personality and Individual*

- differences*, 37(5), 1101-1108. doi:10.1016/j.paid.2003.12.004
- Raven, J.C, Court, J.C. & Raven, J. (1996). *Manual das Matrizes Progressivas de Raven e das Escalas de Vocabulário*. Lisboa: Infoteste.
- Redlich, A. D. (2010). False confessions, false guilty pleas: Similarities and differences. In G. D. Lassiter, & C. A. Meissner (Eds.), *Police interrogations and false confessions* (pp. 49-66). Washington DC: American Psychology Association.
- Redlich, A. D., & Goodman, G. S. (2003). Taking responsibility for an act not committed: The influence of age and suggestibility. *Law and human behavior*, 27(2), 141.
- Redlich, A. D., Quas, J. A., & Ghetti, S. (2008) Perceptions of children during a police interrogation: Guilt, confessions, and interview fairness. *Psychology, Crime & Law*, 14(3), 201-223. doi:10.1080/10683160701652542
- Redlich, A. D., Silverman, M., Chen, J., & Steiner, H. (2004). The police interrogation of children and adolescents. In G. D. Lassiter (Ed.) *Interrogations, confessions, and entrapment* (pp. 107-125). New York: Springer.
- Reppucci, N. D., Meyer, J., & Kostelnik, J. (2010). Custodial interrogation of juveniles: Results of a national survey of police. In G. D. Lassiter, & C. A. Meissner (Eds.), *Police interrogations and false confessions* (pp. 67-80). Washington DC: American Psychology Association.
- Reynolds, C. R., & Richmond, B. O. (1978). What I think and feel: A revised measure of children's manifest anxiety. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 6(2), 271-280. doi:0091-0627/78/0600-0271505.00/0
- Richardson, G., Gudjonsson, G. H., & Kelly, T. P. (1995). Interrogative suggestibility in an adolescent forensic population. *Journal of Adolescence*, 18(2), 211-216. doi:10.1006/jado.1995.1014
- Richardson, G., & Kelly, T. P. (2004). A study in the relationship between interrogative suggestibility, compliance and social desirability in institutionalised adolescents. *Personality and Individual Differences*, 36(2), 485-494. doi:10.1016/S0191-8869(03)00263-0
- Ridley, A. M. (2013) Suggestibility: A history and introduction. In A. M. Ridley, F. Gabbert, & D. J. La Rooy (2013). *Suggestibility in legal*

contexts: Psychological research and forensic implications.
Chichester: Wiley & Blackwell.

- Roediger III, H. L., Wixted, J. H., & Desoto, K. A. (2012). The curious complexity between confidence and accuracy in reports from memory. In L. Nadel, & W. Sinnott-Armstrong (Eds.), *Memory and law*. New York: Oxford University Press.
- Santos, S. D. (2012). *O impacto do rumor na construção de falsas memórias em crianças de idade pré-escolar*. (Tese de Mestrado não publicada). Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Schelini, P. W. (2006). Teoria das inteligências fluida e cristalizada: início e evolução. *Estudos de psicologia*, 11(3), 323-332. Recuperado de <http://www.redalyc.org/html/261/26111310/>
- Sidis, B. (1898). *The psychology of suggestion*. New York: D. Appleton & Company.
- Silva, F. S. (2011). *Estudo da sugestionabilidade interrogativa numa amostra de jovens estudantes portuguesas*. (Tese de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Simões, M. R., Rocha, A. M., & Ferreira, C. (2003). Manual da Escala de Inteligência da Wechsler para Crianças-Terceira Edição (WISC-III). *Lisboa: CEGOC-TEA*.
- Singh, K. K., & Gudjonsson, G. H. (1984). Interrogative suggestibility, delayed memory and self-concept. *Personality and Individual Differences*, 5(2), 203-209. Recuperado de <http://www.academia.edu>
- Singh, K. K., & Gudjonsson, G. H. (1987). The internal consistency of the “shift” factor on the Gudjonsson Suggestibility Scale. *Personality and Individual Differences*, 8(2), 265-266. doi:10.1016/0191-8869(87)90183-8
- Singh, K. K., & Gudjonsson, G. H. (1992a). Interrogative suggestibility among adolescent boys and its relationship with intelligence, memory, and cognitive set. *Journal of Adolescence*, 15(2), 155-161. doi:10.1016/0140-1971(92)90044-6
- Singh, K. K., & Gudjonsson, G. H. (1992b). The vulnerability of adolescent boys to interrogative pressure: an experimental study. *The Journal of*

- Forensic Psychiatry*, 3(1), 167-170. doi:10.1080/09585189208407634
- Smith, P., & Gudjonsson, G. H. (1995). Confabulation among forensic inpatients and its relationship with memory, suggestibility, compliance, anxiety, and self-esteem. *Personality and Individual Differences*, 19(4), 517-523. doi:10.2466/pr0.1988.63.1.227
- Spearman, C. (1904). "General Intelligence" Objectively Determined and Measured. *The American Journal of Psychology*, 15(2), 201-292. doi:0.2307/1412107
- Spielberger, C. D., Gorsuch, R. L., Lushene, R., Vagg, P. R., & Jacobs, G. A. (1983). *Manual for the State-Trait Anxiety Inventory*. Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press.
- Sprinthall, N. A., & Collins, W. A. (2003). *Psicologia do adolescente: Uma visão desenvolvimentista* (3^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Stern, W. (1910). Abstracts of lectures on the psychology of testimony and on the study of individuality. *The American Journal of Psychology*, 21(2), 270-282. doi:10.2307/1413003
- Thorley, C. (2013). Memory conformity and suggestibility. *Psychology, Crime & Law*, 19(7), 565-575. doi:10.1080/1068316X.2011.648637
- Wakefield, H. & Underwager, R. (1998). Coerced or nonvoluntary confessions. *Behavioral Sciences and the Law*, 16, 423-440. doi:10.1002/(SICI)1099-0798(199823)16:4<423::AIDBSL319>3.0.CO;2-2
- Wechsler, D. (1991). Manual for the Wechsler intelligence scale for children- (WISC-III). *San Antonio, TX: Psychological Corporation*.
- Wells, G. L., & Hazel, L. E. (2008). Eyewitness identification: Issues in common knowledge and generalization. In E. Borgida, & S. T. Fiske (Eds.), *Beyond sommon sense: Psychological science in the courtroom* (pp. 159-176). Oxford: Blackwell.
- Wolfradt, U., & Meyer, T. (1998). Interrogative suggestibility, anxiety and dissociation among anxious patients and normal controls. *Personality and Individual Differences*, 25(3), 425-432. doi:10.1016/S0191-8869(98)00023-3
- Woody, W. D., & Forrest, K. D. (2009). Effects of false-evidence ploys and

expert testimony on jurors' verdicts, recommended sentences, and perceptions of confession evidence. *Behavioral Sciences & the Law*, 27(3), 333-360. doi:10.1002/bsl.865

Yarmey, D. A. (2006). Depoimentos de testemunhas oculares e auriculares. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. T. Simões, & M. S. Pinho (Eds.), *Psicologia forense* (pp. 227-258). Coimbra: Almedina.